



Anais da Assembléia

N.019

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 16.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1.988
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Valderi Mendes Vilela e Nereu Carlos Massignan.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Acyr Mezzadri, Antônio Belinati, Dirceu Manfrinato, Hezmas Brandão, Luiz Alberto Oliveira e Luiz Antonio Setti (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Pelo que me consta, nós não temos número para a votação, e eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Vossa Excelência pode requerer a chamada nominal, porém, já está prejudicada. Vossa Excelência quer a verificação de votação para a Ata, mas, é matéria vencida, e que já foi anunciada como aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro chamada nominal para a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Já é matéria vencida e aprovada. Somente no processo votação, Vossa Excelência poderia ter solicitado verificação de votação.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.^o 52/88

Curitiba, 05 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é de elevado significado e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá superar quaisquer dúvidas em relação ao conceito da autonomia universitária, que, por suas mais variadas interpretações, tem criado problemas no relacionamento do governo com as Instituições de Ensino Superior.

O inciso XIII, incluído pela Emenda n.^o 20, de 30 de novembro de 1983, no art. 138, da Constituição Estadual, estabelece autonomia às Instituições de Ensino Superior, a qual será exercida na forma da Lei e de seus Estatutos.

Portanto, observa-se que a presente proposição, guardando inteira harmonia com o preceito constitucional citado, estará apenas criando mecanismos orientados para a melhor distribuição e controle dos recursos financeiros que o Governo do Estado criteriosamente libera a tais Instituições.

Certo de que a medida proposta merece

rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N° 074/88

Art. 1° - Compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda e da Casa Civil, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná.

Art. 2° - Face o disposto nesta lei, ficam conferidas aos Titulares dos Órgãos referidos no artigo anterior, atribuições para:

I - aprovação prévia à implantação de reformas que, no âmbito das IES;

a. criem novos cursos e macro-atividades;

b. institua ou modifiquem planos de carreira, quadro de pessoal e tabela de salários e de vantagens;

c. impliquem em expansão física e financeira.

II - realização de auditorias de periodicidade variável sobre as contas e atos de gestão de receitas, despesas, patrimônio, material e pessoal das IES.

Art. 3° - As matérias já apreciadas nas IES e ainda não implantadas dependerão da aprovação prevista no inciso I. do art. 2°, caso se enquadrem entre aquelas constantes de suas alíneas.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício:

OFÍCIO N° 781/88/DA/CEA/SC

Curitiba, 06 de abril de 1988.

Senhor Governador.

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência sob o n° 52/88, datada de 05 do mês em curso, a qual foi devidamente encaminhada nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e distinta consideração.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei n° 43/88, de autoria do

Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 058/88, oriundo da Mensagem Governamental n° 037/88.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER, Regime de Urgência à Mensagem Governamental sob o n° 52/88 - Projeto de Lei n° 74/88 que dispõe que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 227/87, que visa o uso de datilografia ou letra de forma na escrita dos nomes de medicamentos, das receitas médicas e odontológicas, conforme específica.

Sala das Sessões, em 05.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de suas atividades parlamentares para a realização de pesquisas junto à Universidade de São Paulo nos dias 11 e 12 do corrente com a finalidade de realizar Debate no dia 26 de maio no Plenarinho sobre o 40° Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a designação do dia 04 de maio, do corrente ano, para entrega solene do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor José Rodrigues Lopes Júnior.

A honraria foi proposta pelo Deputado subscrito, aprovada e transformada na Lei n° 8663, publicada no Diário Oficial n° 2667, de 10.12.1987.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de pesar pelo falecimento da Senhora Aída Fazzini de Chenú, ocorrido nesta Capital, no último dia 28 de março de 1988.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência ao Senhor Juan Carlos Chenú e família, dirigindo-se correspondência para o seguinte endereço: Rua Joaquim Chagas Lima n° 28 - Bairro São Braz - Curitiba - PR. CEP. 82.000.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor João de Oliveira Capote.

O Senhor João de Oliveira Capote, pertence à família tradicional e pioneira da fundação do Município de Cândido de Abreu, e atualmente exercia mandato de vereador naquele Município.

Outrossim, REQUER, ainda, que do presente dê ciência à viúva do falecido, Dona Francisca Capote, através de correspondência encaminhada aos cuidados da Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, Voto de Profundo Pesar, pelo passamento do Senhor Vereador João de Oliveira Capote, com idade de 62 anos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, em data de 05 de abril em curso.

O extinto era casado com a Senhora Francisca Ferraz Santos Capote e deixa os seguintes filhos: Gilberto Santos de Oliveira e Vanderley Santos Capote.

Pertencente à tradicional família de

Carlópolis- Pr, o Senhor João de Oliveira Capote residiu por 18 anos na cidade de Cândido de Abreu, onde passou a desenvolver suas atividades profissionais, a princípio na condição de funcionário público do setor fazendário, exercendo o cargo de Chefe de Barreira e, posteriormente assumindo a Coletoria, funções que exerceu com a maior lisura e dedicação, como tantas outras nas quais se investiu. Em 1982, foi eleito Vereador pelo PDS, sendo o mais votado no Município, passando em 1985 para o PMDB, partido em que permaneceu e cuja bandeira defendeu com dignidade e honradez que sempre lhe foram peculiares.

Foi membro integrante do Diretório Municipal do PMDB de Cândido de Abreu, tendo, assim, prestado inestimável contribuição àquele Município e, por extensão ao Estado, ao longo de sua existência.

O infausto acontecimento sensibilizou profundamente a todos que com ele tiveram o privilégio de conviver e que o tinham no mais elevado conceito.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Visconde Charles de Lagui-che, n° 226- Cândido de Abreu- Pr.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Pavelski Sobrinho, ocorrido em Paula Frontin.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu na cidade de Paula Frontin, industrial Senhor Antonio Pavelski Sobrinho.

O passamento do Senhor Antonio Pavelski Sobrinho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O extinto que era carinhosamente chamado de Tonico, foi por duas vezes Vereador, foi Presidente da Câmara e Prefeito Municipal de Paula Frontin, no período de 1964/1969.

Ficou um grande vazio na sociedade de Paula Frontin que chora a morte de um de seus membros mais ilustres.

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Pavelski, endereçando a ela voto de profundo pesar, regando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, através das atribuições que lhe são conferidas, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Pavelski Sobrinho, ocorrido no último dia 03 (três) de abril.

O extinto foi por duas vezes, Vereador e Prefeito do Município de Paula Frontin, na região sudeste do Paraná, durante o período de 1964 a 1968.

O Senhor Antonio Pavelski Sobrinho, era Diretor da Firma "Sucessores de Francisco Scaramella" e genro do primeiro prefeito de Paula Frontin, o Senhor Antonio Possidente, pertencente à tradicional família do nosso Estado.

Seu passamento deixou enlutados quantos dele retiraram exemplos de trabalho, honradez e dedicação aos familiares.

Requer, ainda, se dê conhecimento desta manifestação à família do patriarca desaparecido, na pessoa de seu afilhado, o Senhor Orlando Scaramella Ogibowski, servidor desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em abril/88

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto congratulatório à COTRIGUAÇU- Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda., na pessoa de seu Presidente José Luiz Ochoa, pela implantação de uma unidade industrializadora de calcário, no Município de Almirante Tamandaré.

Outrossim, Requer, que se dê ciência da decisão da Casa, à referida entidade.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O calcário é um dos mais importantes insumos para manter e devolver a fertilidade ao solo agrícola. Lamentavelmente, no Paraná, especialmente na região Centro Sul os agricultores, totalmente descapitalizados pela política governamental para o setor, sequer possuem condições de adqui-

rir tal insumo que, entre outros, é um dos de menores custos. Com esse serviço que a Cotriguaçu vai prestar aos seus associados, fica garantido um mínimo de segurança e esperança de safras melhores e, pela própria sistemática cooperativista, a custos mais baixos. O voto de congratulações é, no nosso entender, um incentivo para que outras cooperativas sigam o exemplo, pelo menos, enquanto o próprio Governo não cria um Programa neste sentido, como vimos reivindicando desde dezembro do ano passado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem, dia 07, do Dia do Jornalista.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Desidério Peron, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, para que receba e cumprimente toda a classe em nome do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tenho sempre na lembrança uma frase que um dia ouvi do saudoso Tancredo Neves: "A imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática. O melhor apoio ao governo é o de que presta a imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos".

Hoje transiro essas palavras diretamente ao profissional que faz a imprensa, o jornalista. Entendo que o jornalista é um dos raros profissionais que mais se identifica com os Parlamentares.

No seu afã diário é um servidor do povo, lutador pelas liberdades e pela democracia: é um denodado defensor da sociedade. O jornalista participa de múltiplas formas do dia-a-dia da comunidade, contribuindo para o aprimoramento social e para o bem estar do cidadão, seja informado, orientado e formando a opinião pública. Sempre atento, vigiando, denunciando se necessário for, o Jornalista se integra na atividade dos que realmente prestam serviços à comunidade.

Por isso, ao agir com responsabilidade e fidelidade aos fatos, o jornalista assume um elevado papel na sociedade, tornando-se cada vez mais digno do nosso respeito e da nossa admiração.

Nesta homenagem que é desta Casa como um todo, desejo recordar que ao longo da história muitos jornalistas pagaram com grande sacrifício o tributo de sua determinação em favor da verdade, da liberdade

e da justiça. Perseguições, castigo, humilhação e até a vida foi o preço pago por alguns profissionais da informação desde os nossos tempos imperiais. Mas isso somente serviu para retemperar a fibra e o caráter do jornalista brasileiro, enobrecendo a profissão que as gerações que agora a abraçam têm o dever histórico de honrar.

O jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

Por isso devemos todos nós, integrantes deste Parlamento, consignar aqui a nossa homenagem a todos os profissionais da imprensa, nesta data consagrada ao jornalista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje, do Poder Legislativo, de votos de congratulações à nova Diretoria da APRAS - Associação Paranaense de Supermercados, empossada no dia de ontem, no Círculo Militar, nesta Capital.

Presidida pelo empresário Romildo Ernesto Conte, da Rede Lembrasul - Bandeiras, a nova diretoria empossada para o Biênio 88/90, deverá dar continuidade ao trabalho dos seus antecessores quanto à descentralização e interiorização da Associação, com a criação de novas delegacias regionais.

O voto de congratulações proposto, é o apoio do Poder Legislativo Paranaense, quanto à organização do importante setor na sociedade do nosso Estado, numa atuação coesa e direcionada nas questões que sejam relacionadas com a classe.

Que da decisão da Casa, se dê ciência aos homenageados, na pessoa do seu presidente.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder, de votos de congratulações e louvor à "Escolinha de Futebol", do Colorado Esporte Clube, pela conquista do Campeonato Paranaense de Dente de Leite.

Promoção que é realizada há doze anos, tem dentre seus principais objetivos, proporcionar condições de ingresso de jovens na modalidade esportiva do futebol, incentivando seu aperfeiçoamento e desenvolvimento.

O Campeonato Paranaense de Dente de Leite, os "cobrinhas", como são carinhosamente chamados, revela constantemente novos desportistas, e a "Escolinha do Colorado Esporte Clube" é prova disso, conforme ficou claro quando do desenrolar do campeonato.

O trabalho desenvolvido por Breno Dalora, dirigente da Escolinha; pelo Professor "Pernambuco", treinador da equipe e, principalmente dos garotos, que com dedicação, empenho e força de vontade, arrebataram uma grande conquista: O Título de Melhores de 1988.

Que da decisão do Poder Legislativo, se dê ciência aos homenageados, na Sede do Colorado Esporte Clube.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje, do Poder Legislativo, de voto de louvor ao Grupo de Danças da Universidade Federal do Paraná.

O Grupo de Danças da UFPR, sob a coordenação de Rafael Pacheco, estará participando em São Paulo, nos próximos dias, do Festival Nacional de Danças, na Categoria de Dança Moderna, com a coreografia "Hall Of Mirrors", de Eva Schul, para a música de Kraff Werk.

O trabalho já foi premiado no ano passado, em Joinville (SC), e atualmente, vem sendo convidado constantemente para apresentações em todo o País, como Bahia, Santa Catarina, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro, entre outros.

Que o voto de louvor consignado represente os aplausos do Poder Legislativo e da Comunidade Paranaense, diante do espetacular trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Danças da UFPR.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência ao grupo homenageado.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, se inserido em Ata da presente sessão, vot de regozijo e cumprimentos, expressos Sua Excelência, o Senhor Mussolini Mansani, Prefeito Municipal de Palmeira, a Su Excelência, o Senhor Aleixo Karas, Presidente da Câmara Municipal e demais autoridades locais, pela data de 07 de abril e

curso, em que aquele promissor Município comemora a passagem do seu 169º aniversário de fundação, ocasião em que contará com a presença de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado Álvaro Dias e demais representantes dos diversos segmentos da sociedade paranaense.

O evento que será marcado por intensa programação, visa retratar a significativa importância do Município de Palmeira no contexto sócio-econômico paranaense e nacional, o que lhe confere lugar de destaque dentre os 325 municípios de maior desenvolvimento do País, motivos que orgulham e enaltecem sua gente e a nós todos paranaenses como um todo.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência às aquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Iris Rezende, Ministro da Agricultura, prestando nosso apoio ao requerimento do nobre Edil Antenor Sanches, da Câmara Municipal de Maringá, conforme xerox em anexo.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Digníssimo Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando maior flexibilidade na renegociação de dívidas contraídas por agricultores paranaenses junto àquele estabelecimento bancário.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os elevados índices inflacionários trouxeram resultados nefastos junto à correção monetária e aos juros cobrados sobre financiamentos e empréstimos agrícolas e comerciais, a ponto de comprometer e, mesmo, inviabilizar a atividade agrícola neste Estado. Portanto, considerando a função social do Banco do Estado do Paraná, é necessário que haja maior flexibilidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando o envio de gêneros alimentícios para o Asilo "São Vicente de Pauli", localizado na Vila Rio Grande da Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Pauli atende centenas de idosos desamparados de Campo Mourão e cidades daquela região. Trata-se de uma entidade assistencialista bem administrada, cujos funcionários, religiosos voluntários, dedicam carinho e trabalho aos idosos atendidos pelo referido asilo. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, o asilo necessita de gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Chemin Guimarães, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, solicitando a contratação de psicólogos, Assistentes Sociais e Agentes de Segurança para atendimento na Penitenciária Central do Estado.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido fundamenta-se no fato de que existe um parâmetro que define o número de Psicólogos, Assistentes Sociais e Agentes de Segurança para atendimento em estabelecimentos penais, correspondentes ao número de detentos atendidos. Esses parâmetros estão defasados completamente na Penitenciária Central do Estado, que atende aproximadamente 1.300 detentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando o envio mensal de 500 (quinhentos) litros de gasolina e/ou álcool para abastecimento dos veículos utilizados pelo Pelotão da Polícia Militar de Bandeirantes, no atendimento a segurança pública de Bandeirantes.

Atualmente a manutenção dos veículos

utilizados pelo Pelotão da Polícia Militar de Bandeirantes, é efetuada pela Prefeitura Municipal de Bandeirantes, e ainda com ajuda da Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A, que gentilmente tem colaborado nesse mesmo sentido. Por outro lado, a segurança pública é dever do Estado, e no presente caso, até a presente data, o Governo Estadual não vem oferecendo esse benefício aos 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes do Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Senhor Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social Deputado Rubens Bueno e ao Secretário de Estado da Educação Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de viabilizar o envio de auxílio financeiro a "Associação de Pais e Mestres - APM - da Escola Estadual São Francisco Xavier de 1º Grau", com sede no Município de Itambaracá.

Sala das Sessões em 06.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que a associação citada é mantida através de apoio da comunidade local, sendo que é necessário o auxílio dos órgãos competentes, devido as sérias dificuldades encontradas pela população, as quais vêm sendo geradas pela hiperinflação, que está, cada vez mais, corroendo o poder aquisitivo de todos.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado, e em especial ao Presidente da associação referida Vereador José Carlos de Carvalho que foi o autor do pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente cumprimentando a Gerência Regional da Caixa Econômica Federal, na pessoa do Senhor Ernesto Benedito Nogueira, pela inauguração da Agência Habitação, no próximo dia 08 de abril de 1988, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Fernandes Dias, solicitando estudos que viabilizem a construção de Armazém Frigorífico (câmaras frias) no Município de Pato Branco, para armazenamento de carcaças de animais de pequeno, médio e grande porte.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

A construção de câmaras frias para armazenamento de carcaças de animais, constitui-se em uma das mais antigas e justas aspirações dos produtores de toda a Região Sudoeste.

À parte o grande significado dessa conquista, são incontáveis os benefícios, os quais poderiam, finalmente, muito particularmente aos suinocultores, os quais poderiam finalmente, vislumbrar a possibilidade de formar seu estoque regulador à época de excesso de demanda, afastando os fantasmas dos elevados prejuízos que a manutenção desses animais terminados acarreta, pela inexistência de câmaras frias para o armazenamento e os custos da ração.

Para o exposto, o requerente conclama a anuência dos demais Pares desta Augusta Casa.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER a não suspensão ou protelamento do pagamento da URP, conforme reivindicação dos Sindicatos.

Sindicato dos Professores no Estado do Paraná, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá, Sindicato dos Professores de Londrina, Sindicato dos Engenheiros de Londrina e Associação dos Funcionários do IAPAR.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, solicitando medidas urgentes por parte do Governo do Estado para que não ocorra a suspensão ou protelamento do pagamento da URP, conforme justificativa apresentada pelas entidades relacionadas em documento anexo.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a destinação de ônibus ou kombi para o transporte de escolares da Linha Heidrich até a sede do Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Os pais de alunos da Linha Heidrich, Município de Marechal Cândido Rondon, preocupados com o futuro de seus filhos, encaminharam a este Parlamentar expediente solicitando auxílio para o transporte escolar.

Entendemos que a designação dos veículos ora solicitados, fará com que as crianças daquela localidade continuem a frequentar a escola, diminuindo assim a evasão escolar e também, estaremos combatendo diretamente o analfabetismo em nosso Estado, conseqüentemente melhorando as condições de vida da tão sofrida população rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É pública e notória a situação caótica a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros: inflação, desemprego, arrocho salarial, preço baixo dos produtos agrícolas, etc., são fantasmas que rondam dia-a-dia suas casas, provocando um sentimento de desespero generalizado.

Em advertência e como forma de pressionar as autoridades para encontrarem soluções imediatas e sensatas, seus representantes legítimos estão liderando nesta quinta-feira, dia 07 de abril, uma grande manifestação nacional "O Dia Nacional de Lutas", envolvendo as populações urbanas e rurais, protestando contra o deplorável estado em que se encontram e exigindo providências imediatas.

Diante do exposto, este Parlamentar, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de mensagem apoiando a manifestação e colocando o Poder Legislativo Estadual Paranaense à disposição de suas respectivas organizações.

A mensagem telegráfica deverá ser enviada para:

- Central Única dos Trabalhadores do Paraná.

- Sindicatos: dos Petroleiros, dos Telefônicos, dos trabalhadores em Processamento de Dados, dos Petroquímicos, dos Urbanitários, dos trabalhadores do Correio, do IBGE e dos Bancários.

- Federação dos Bancários.

- Federação dos Servidores Públicos do Paraná.

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoio: Algaci Túlio.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 040/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica proibido o uso do fumo nos Plenários e nas dependências usadas pelos restaurantes e serviços médicos e odontológicos da Assembleia Legislativa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição se premie ao fato de que os não fumantes, quando se tornam fumantes passivos por estarem recebendo os venenos da fumaça do cigarro, se expõem às mesmas possibilidades de contrair as doenças causadas pelo fumo.

Não é justo que quem escolhe uma vida saudável evitando tal hábito tenha que forçadamente se colocar aos mesmos riscos maléficos causados pelos venenos perniciosos do fumo.

Autor: (a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoio: Pirajá Ferreira, Nestor Baptista, Valderi Mendes Vilela, Milton Barbosa, Raul Lopes, Rafael Greca, Nereu Carlos Massignan, Lauro Lobo Alcântara, Vera Agibert, Eduardo Baggio, Tadeu Lúcio Machado, David Cheriegate, Erondy Silvério, João Arruda, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Alexandre Ceranto, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, José Felinto, Algaci Túlio e Amélia Hruschka.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 075/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Distrito Administrativo do "Vale Azul", no Município de Sarandi - PR, com sede na localidade do mesmo nome com as seguintes divisas:

"Principia em um marco de madeira de Lei, que foi fincado em uma estrada, segue confrontando com o Lote número 150, acompanhando a Rua Espírito Santo, com 415,00 metros, até outro marco colocado na lateral da Rua Minas Gerais; deste, segue no rumo NO com 160,00 metros, até outro marco colocado na linha de divisa do Lote 1-A; daí, segue confrontando com parte do Lote 1-A, e pela Rua Piauí, com 305,00 metros,

até outro marco; deste, segue ainda pela Rua Piauí e confrontando com o Lote 1-A, no rumo SO 11° 01 com 225,00 metros na Chácara Aeroporto Núcleo "B" e no mesmo rumo com 972,00 metros na Chácara Aeroporto Núcleo "A" chegando na margem esquerda do Ribeirão Pinguim; daí, sobe pelo Ribeirão do Pinguim até encontrar um outro marco semelhante aos outros; deste, segue confrontando com o Lote de número 2-B, no rumo NE 38° 55 com 861,00 metros na Chácara Aeroporto Núcleo "A" e no mesmo rumo com 975,10 metros, na Chácara Aeroporto Núcleo "B", chegando até outro marco colocado na beira da estrada acima referida e, finalmente, seguindo por esta rumo a São Luiz com as distâncias de 564,12 com 358,03 e com 173,77 metros, até o ponto de partida desta descrição".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo dar atendimento a uma justa e antiga reivindicação dos habitantes da área urbana e rural da Chácara Aeroporto Núcleos "A" e "B", com área total de 76,88 alqueires = 186,05 Ha. = 1.860,496,00 m², em elevar-se à categoria de Distrito Administrativo.

Pela documentação, em anexo, constata-se idêntico interesse dos Órgãos Municipais de Sarandi, através de representação de seu Prefeito Municipal e da Câmara de Vereadores, no sentido de que seja efetivada a aludida criação distrital.

Em anexo segue Memorial Descritivo da Chácara Aeroporto, Núcleos "A" e "B" com o respectivo mapeamento, assim como, o Memorial Descritivo da Gleba Patrimônio do Vale Azul - Município de Sarandi, Pr. com uma área de 1.482,51 alqueires paulista = 35.876,742,00 m², com o respectivo mapeamento.

Considerando os benefícios que a nova configuração político-administrativa propiciará aos habitantes daquele Patrimônio, nada mais justo e oportuno que esta Assembleia Legislativa, venha hipotecar seu apoio ao presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI N. 77/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os veículos pertencentes a entidades assistenciais, religiosas e culturais, serão isentos do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores, desde que comprovem:

- I - Estejam em efetivo funcionamento;
- II - Não remunerarem os membros de sua

diretoria;

III - Prestem serviços gratuitos à coletividade;

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei usa assegurar às entidades que prestam serviços a comunidade, a isenção de impostos sobre veículos automotores.

Esta medida, aliás, já é adotada por diversos Estados da Federação entre os quais Santa Catarina, como reconhecimento à ação de tais organismos para o bem comum.

A propósito, é oportuno ressaltar que a própria Constituição Federal, orienta no sentido da imunidade e da isenção a tais entidades.

PROJETO DE LEI N. 78/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a Assessoria Militar da Assembleia Legislativa.

Art. 2° - Fica fixado em (36) trinta e seis policiais militares, o efetivo da referida Assessoria, todos do serviço ativo, assim distribuídos:

1. OFICIAIS (5) - Cinco Oficiais
 - (1) Um Oficial Superior
 - (1) Um Oficial Intermediário
 - (2) Dois Oficiais Subalternos - Primeiro Tenente QOPM
 - (1) Um Oficial Subalterno- Segundo Tenente QOA
2. PRAÇAS (7) - Sete Graduados
 - (1) Um Segundo Sargento QPM 1-0
 - (3) Três Terceiros Sargentos QPM 1-0
 - (3) Três Cabos QPM 1-0
 - (24) - Vinte e Quatro Soldados:
 - (18) Dezoito Soldados QPM 1-0
 - (6) Seis soldados PMFem.

Art. 3° - A Assembleia Legislativa através de Resolução estabelecerá as competências e missões específicas de cada função.

§ 1° - Compete, exclusivamente ao Presidente da Assembleia Legislativa, indicar os Oficiais para preenchimento das funções, com o Assessoramento do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, por proposta ao Poder Executivo.

§ 2° - O Assessor Militar designado, indicará, de ofício ao Presidente da Assembleia Legislativa, e este solicitará ao Chefe do Poder Executivo, os Praças de que trata o número dois do artigo segundo.

Art. 4° - Aos Policiais Militares lo-

tados na Assessoria Militar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, serão estendidos os efeitos do art. 1º do Decreto n. 5811 de 1º de Julho de 1985.

Art. 5º - O Comando Geral da Polícia Militar providenciará sobre a legalização do Quadro Orgânico (QO) da Assessoria Militar.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.88.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI
RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Há muito, vem a Assembléia Legislativa, pela sua própria necessidade, mantendo em funcionamento uma Assessoria Militar, porém sem lei específica que a crie. A evidente necessidade que tem este Poder, de manter estreito relacionamento com a Corporação Policial Militar, levou a Mesa Executiva anterior a instalar a referida Assessoria sem contudo criá-la por lei, com isso criando ilegalidade na designação de Policiais Militares para o exercício das funções. os quais passam à condição de agregados aos respectivos quadros, advindo daí prejuízos nas carreiras daqueles que são colocados à disposição desta Casa.

Por questão de legalização é que se justifica o presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Amélia Hruschka (Lê):

O Governo de Álvaro Dias continua a mostrar a todos nós as marcas de sua capacidade de realizações.

Ao me pronunciar nesta tribuna, o faço convicto de que o Governo do Paraná merece esta exaltação.

Desde os primeiros dias do Governo de Álvaro Dias, nosso ilustre Governador não tem descuidado um só instante da busca constante de recursos para dar a este Estado toda infra-estrutura necessária, que lhe permita manter o seu acelerado crescimento econômico.

No Paraná, muitas são as realizações que recebem a marca do trabalho, denodo e da competência deste grande Governador.

Não é em vão, nem foi por acaso, que o Governo Álvaro Dias alcançou o mais alto nível de prestígio e popularidade nacional.

As recentes pesquisas realizadas, em nível nacional, acabam de comprovar mais uma vez, que, enquanto outros governos decaem, o do Paraná se projeta ainda mais no

seio da coletividade nacional.

Vejam os Senhores nobres Deputados, o prestígio do nosso Governador, que, na data de ontem, esteve em Brasília, e acaba de trazer para o Paraná, a definição dos recursos necessários à realização de uma série enorme de obras de grande envergadura e de importante caráter social.

Álvaro Dias garantiu junto aos altos escalões do Governo Federal, recursos da ordem de 10 bilhões de cruzados, o que permitirá ao Paraná, iniciar de imediato, a duplicação da BR-116 (Curitiba-São Paulo) e também da continuidade a BR-376 (Curitiba-Garuva).

Dentre o conjunto de obras que o Governador espera realizar no Paraná, no setor viário, com recursos do Ministério dos Transportes, destacam-se ainda a construção de duas pontes sobre o Rio Paraná (em Guaíra e Porto Camargo), que facilitarão as ligações rodoviárias entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul, em regiões de grande produção agrícola; a construção de uma ponte sobre o Rio Emboguaçu, como melhoria do novo acesso ao Porto de Paranaguá, pela BR-277. Destacam-se também, a conclusão das rodovias Bocaiúva do Sul - Adrianópolis e Irati - Ibaiti, e ainda a duplicação do trecho Mandaguari - Maringá, no Norte do Paraná.

Para concluir este breve pronunciamento, lembro ainda aos Srs. Deputados, que já estão garantidos os recursos necessários ao desenvolvimento dos projetos de Engenharia que se referem ao traçado da Ferrovia do Oeste do Paraná - a FERROESTE.

Volto a afirmar, tudo isto vem ocorrendo em apenas um ano de Governo Álvaro Dias".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao próximo orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem nos surpreendido, nestes últimos tempos, a maneira como se comportam alguns setores do Governo do Estado do Paraná. E me surpreendi ontem, quando participava da reunião que acabou não acontecendo pela ausência dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades no Porto de Paranaguá.

Surpreendi-me ainda, quando a Comissão recebia dos seus integrantes uma série de documentos, e de repente, o que eu vejo é que o material de expediente do Governo do Estado do Paraná já começa a ter também a marca do Governo de Álvaro Dias. Vejam aqui, papel timbrado da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, além

disso leva o logotipo do Governo Álvaro Dias. Aí é de se perguntar, porque material de expediente se compra em grande escala, manda-se confeccionar em grande quantidade para que ele saia mais barato, mesmo que às vezes é feito em gráficas do próprio Estado. Mas e quando terminar o Governo de Álvaro Dias, que esta papelada toda que vai sobrar, este material de expediente todo que vai sobrar, o que é que vai se fazer com ele? Ou será que pensam que o Governo que vai entrar vai utilizar o logotipo do Governador Álvaro Dias nas suas correspondências, nos seus ofícios? Surpreende-me, com toda franqueza, esta maneira como está agindo o Governo do Estado. A qualquer coisa que se faça, lá está o logotipo do Governo. Parece que é uma maneira de se promover demais, usando o dinheiro do povo em material de expediente que amanhã ou depois vai ter que acabar sendo jogado fora, queimado, rasgado, porque outro Governo não vai usar o logotipo, sem, inclusive, autorização do Governo que vai deixá-lo.

Então, fica aqui a minha manifestação a este respeito.

Um outro assunto que me traz a esta tribuna, hoje, é também com relação ao "Dia de Advertência" que nós teremos amanhã em todo o Brasil, e lamentar profundamente o que aconteceu ontem nas proximidades desta Casa, quando pessoas que faziam a convocação para este ato acabaram sendo retiradas das proximidades da Assembleia; e dizer que hoje recebi em meu gabinete um bom número de funcionários públicos preocupadíssimos com a posição desta Casa, com a posição da Assembleia Legislativa a respeito da mensagem governamental que trata da URP.

Afinal de contas, onde está, como está e como ficará? O que é que vem na continuação? Teremos esta mensagem aqui para discutirmos, eu até preferia que a mensagem que veio para cá fosse devolvida ao Palácio Iguaçu, que fosse rejeitada e melhorada, porque do jeito que está não dá nem para discutir. Ela está muito aquém daquilo que querem os funcionários públicos. E se eu aqui tivesse tempo, iria até ler uma matéria da página da Educação que sai nos jornais de Curitiba, onde o título é: "Governador não cumpre lei e revolta todo funcionalismo público" com uma série de indagações e com as perdas salariais que justificam uma possível greve no próximo dia 23. Então, é bom que Sua Excelência o Sr. Governador, que se coloca em posição de destaque, pelo menos é que a mídia governamental diz, que se coloca em posição de destaque na preferência do povo paranaense, que já se lança candidato a Presidente da República, é bom que trate de ver a situação do nosso Estado, do

nosso funcionalismo, para depois, então, tratar de outros problemas e verificar...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais 30 segundos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... para que se verifique este abuso que eu constatei com o material de expediente, tendo já também o logotipo do Governador.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"O ponto de partida para uma política efetiva de distribuição da renda e a elevação dos salários e da participação dos trabalhadores na renda nacional.

É preciso que o salário-mínimo permaneça como instrumento de proteção dos trabalhadores precariamente organizados, seja fixado de modo a atingir no menor prazo possível, um valor real e único suficiente para satisfazer às necessidades vitais do trabalhador e de sua família".

Do Programa do PMDB.

Depois de a Constituinte haver deliberado a manutenção do regime presidencialista com 5 anos de mandato, sob os fluidos do clima de euforia instaurado, o Governo ameaça acordar da sua letargia.

Não está claro, se é movido pelo anseio de reconquistar a sua credibilidade comprometida por excessos de toda a natureza; ou, se é pela imposição negociada dos nossos credores externos; mas, o Governo se debruça ao estudo de um programa econômico que visa amenizar os nocivos efeitos da inflação tresloucada.

Se, por um lado, é imperativo que se definam regras econômicas compatíveis às necessidades do desenvolvimento nacional que se torne factível o pagamento de nossos compromissos externos; não há que esquecer o conjunto social, ameaçado, nessa contingência, pelo recrudescimento da carga tributária e, mais uma vez, a exemplo dos primórdios desta década, por uma austera política de arrocho salarial, cujos efeitos estamos longe de recobrar normalidade.

Não temos dúvida: adoção de medidas desse quilate serviriam somente, para tornar o derradeiro sopro de ar de um agastado moribundo; a última gota de sangue empregado de salário-mínimo; seria o holocausto definitivo da classe trabalhadora brasileira.

Como é verdade que a hora enseja a

terminação; é verdade que a hora enseja cautela.

Não pode e não deve o Governo, por força dos descalabros originados do "déficit" público, tripudiar sobre as camadas sociais menos privilegiadas, que não deram causa; nem, insinuar que o preço dos salários, defasados à medula, sejam os responsáveis pela inflação de índices descontrolados.

Aos que estranham essa preocupação precoce, vale que se lembre que a atual equipe econômica, egressa da Revolução, fez escola nessa prática, cujos sentidos efeitos até hoje avolumam a enorme dívida social dos Governos da República para o povo.

Para ser mais preciso, mais justo, e não a condenar-nos pelo facciosismo, o esteio dessa nossa preocupação é a lição histórica do comportamento de quase todos os Governos que administraram o País: para evitar-se o confronto com os fortes, transfere-se aos fracos toda a conta das mazelas do desgoverno, subtraindo-se dos trabalhadores, mais do que as suas perspectivas de ascensão social, o múnus da sua sobrevivência diária. - O salário-mínimo: uma conquista das lutas.

Quando em 1934, a nossa Constituição Federal, em seu art. 121, estabeleceu o direito de todo o cidadão receber um salário nunca inferior a certo nível, certamente não podia prever tamanha barbárie. Éramos, à época, o 12º País do mundo, um dos primeiros nas Américas, a consagrar este direito trabalhista.

Da Constituição, evoluímos ao Decreto-Lei nº 399/38, que regulava a Lei nº 185/36, que definia o conceito de salário-mínimo e instituiu as Comissões de Estados para a fixação de seus respectivos valores regionais.

A 1º de maio de 1940, através do Decreto-Lei nº 2162, Getúlio Vargas determinou os primeiros níveis do salário-mínimo em todo o País. Naquele dia memorável, porém, Getúlio, ao subir no palanque armado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, teve a infelicidade de anunciar quatro grandes injustiças que ofuscaram a mais antiga aspiração dos trabalhadores do Brasil.

Primeiro, a lei que definia o salário-mínimo referia-se às necessidades de apenas um trabalhador adulto, esquecendo-se de que, em geral, vive-se em família.

Segundo, ao definir como essencial apenas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, a lei esqueceu-se de que, como seres humanos, os trabalhadores também têm direito à educação e ao lazer, por exemplo. Prevalecia, assim, a noção de que aos assalariados deve-se pagar apenas o estritamente

necessário para que se mantenham vivos após cada dia de labuta.

Terceiro, ao estabelecer níveis distintos para o salário-mínimo em regiões diferentes, a lei atropelou um princípio universal de justiça: para trabalho igual, salário igual.

Quarto, as Comissões de Salário-Mínimo realizaram levantamento em todo o País, não para definir os custos de todos os bens e serviços essenciais, na quantidade definida pela lei. O que fez, de fato, foi um levantamento geral sobre os níveis salariais mais baixos, que foram, então, legalmente referendados.

Há quase cinco décadas depois, esse rol de injustiças pouco mudou. É certo que foi instituído, em 1963, o salário-família - irrisórios 5% do salário-mínimo para cada filho de até 14 anos. Ainda, é certo que o salário-mínimo foi unificado para todo o País, decorrente do Decreto nº 89.589, de 26 de abril de 1984, consumando uma vitória importante para os trabalhadores.

Mas, se os trabalhadores alcançaram um de seus objetivos históricos - um salário-mínimo unificado nacionalmente, estão a cada dia mais longe do seu objetivo maior: que este salário-mínimo seja real, isto é, assegure efetivamente a sobrevivência de uma família de trabalhador.

A INJUSTA POLÍTICA DOS REAJUSTES

Até o ano de 1963, o Estado estipulava apenas as variações do salário-mínimo. Para coordenar os cálculos desses reajustes, o Governo Federal criou, naquele ano, o Conselho Nacional de Política Salarial - CNPS, herdado pelo Regime Militar de 1964 para servir de trampolim a uma nova política salarial em gestação e cuja implantação se faria por etapas.

Ainda em 1964, o Governo ampliou, via CNPS, as suas atribuições para o gerenciamento dos salários da Administração Pública. Depois, em julho de 1965, através da Lei nº 4725, delegou-se a responsabilidade de calcular os reajustes salariais em todos os setores da economia, através de fórmula matemática.

Pressupunha o Governo, que a negociação patrão/empregado gerava reajustes incompatíveis com os objetivos anti-inflacionários da política econômica, além de perturbar a paz social com greves, inconciliáveis com a necessidade de estimular os investimentos e com a política de atração do capital estrangeiro. A lei, estabelecia que os reajustes não poderiam realizar-se com espaçamento inferior a 12 meses e seriam determinados de modo a igualar o salário médio dos últimos 24 meses, acrescidos de uma taxa de produtividade esti-

mada para o ano anterior, e de um percentual que traduzisse a inflação futura, tudo, é claro, de acordo com a lógica dos técnicos do Governo.

A esses teóricos, o cálculo dos reajustes asseguraria para os assalariados uma renda estável, mas que aumentaria na mesma proporção que a produtividade e a riqueza do País. A prática, entretanto, encarregou-se de desmentir esses objetivos.

No primeiro ano da aplicação da fórmula concebida em 1965, diversas categorias de trabalhadores tiveram reajustes em torno de 40%, enquanto o custo de vida subiu 62%. O mesmo desequilíbrio verificou-se em 1966 e 1967.

O achatamento dos salários reais nos primeiros anos da nova política, não poderiam, é claro, deixar de gerar protestos. A greve dos metalúrgicos de Contagem MG, em 1968, resultou em um abono de 10% para todos os assalariados e fez o Governo reconhecer distorções gritantes na aplicação da fórmula de reajustes, que ocasionou um "afrouxo salarial" que muito pouco tempo durou, além de não repor as perdas anteriores.

No final de 1968, assistimos, ainda, a implantação do AI-5; em 1969, a desmobilização dos trabalhadores; mas, a partir de 1971, o recrudescimento da inflação fez com que os salários reais voltassem a cair; com a ampliação dos espaços de liberdade, em 1974, era previsível que os protestos dos trabalhadores voltassem à cena, como vieram. O resultado foi que o Governo, em novembro ainda, editou a Lei n° 6147 que introduziu no quadro uma nova sistemática de reajustes salariais: o salário médio passou a ser resultado da média dos salários reais dos últimos 12 meses.

Mesmo assim, a partir daí, a melhoria foi insignificante.

Ao tomar posse, em 1979, o General João Figueiredo não tardou a ouvir o pipocar das greves anunciando o renascimento do movimento sindical. Não obstante a repressão às greves, a intervenção em sindicatos e a prisão de suas lideranças mais combativas, o Governo viu-se obrigado a fazer concessões. Através da Lei n° 6708/79, estabeleceram-se os reajustes semestrais e, para os salários mais baixos, foi concedido um adicional de 10% do INPC. Em consequência, nessas faixas, os salários reais experimentaram uma leve melhoria.

Entretanto, o estouro da dívida externa obrigou o governo a retroagir. Para pagar os seus juros, o Ministros da Economia viram-se na contingência de desaquecer a economia, argumentando que saldos comerciais positivos, somente seriam possíveis,

a curto prazo, contendo as importações. Para a conquista desse resultado era preciso diminuir os níveis de produção, desestimulando o consumo. Como? Contendo os salários.

Em dezembro de 1980, entrou em vigor a Lei n° 6886, determinando reajustes de 80% do INPC para a faixa de 10 a 15 salários-mínimos; de 50% do INPC, para a faixa de 15 a 20 salários-mínimos; para as faixas superiores a essas, os reajustes seriam negociados. A lei veio com pontaria calibrada para pegar em cheio a classe média.

Em verdade, havia uma lógica nesse comportamento: diante do surto de greves que ressoava em 1980, o Governo evitou tocar nos baixos salários; por outro lado, o arrocho sobre as faixas de 10 a 20 salários-mínimos atendia, inequivocamente, os interesses do Governo de conter o custo funcional das empresas estatais, para carrear esses recursos suplementares ao cumprimento de pesados encargos financeiros que o País teve de assumir para captar dólares no Exterior.

O arrocho sobre a classe média, no entanto, não satisfaz a voragem do FMI. Por isso, em 1983, o Governo emitiu, entre janeiro e outubro, nada menos que quatro Decretos-Leis, cada um deles com um traço comum: descer goela abaixo dos trabalhadores, mais uma dose cavalgar de arrocho salarial, ditada pelo FMI, que administrava a economia nacional.

Diante da resistência imposta pelo movimento sindical e setores políticos - a política salarial engendrada teve o mérito de desagradar os assalariados de todas as faixas - o Governo viu-se obrigado a fazer manobras e contramanobras que resultaram no Decreto-Lei n. 2065, e na expectativa de voltar-se, em breve, a uma política democrática de aumentos salariais, negociados livremente entre empresários e trabalhadores.

Sob a égide do atual Governo experimentamos, na fase mais aguda da nossa economia, uma política salarial de reajustes mensais, nos parâmetros das variações inflacionárias. A metodologia abortada no "Plano Cruzado", como as sistemáticas anteriores, sucumbiram às necessidades de adequação da filosofia econômica interna, fortemente consumidora, e à contingência de garantir os mercados externos sem o que, abandonando a moratória decretada em janeiro de 1987, não contaríamos com um lastro de moeda internacional para voltarmos a honrar os serviços de nossa dívida perante a comunidade financeira mundial.

Em julho de 1987, por Decreto-Lei, Governo Federal revogou a expressão "salário-mínimo" e a sistemática de correção

mensal aos percentuais do Índice de Preços ao Consumidor. O primeiro, travestiu-se de Piso Nacional de Salários; o segundo, foi substituído pela URP-Unidade de Reposição Padrão, resultante da média trimestral dos índices de inflação.

Os primeiros meses, é verdade, foram marcados por reajustes acima da média proposta, coerente à promessa do Governo de, nos quatro próximos anos, dobrar o poder aquisitivo real do menor salário vigente.

Mais uma vez, a intenção foi sacrificada pela necessidade de arranjos, agora, do contingente de despesas do Poder Público, sob a alegação de que o volume da arrecadação tributária vem sendo insuficiente para garantir, sequer, o pagamento das despesas funcionais de Governo.

Ameaça, aliás, que ronda a situação dos salários da economia privada, tão ou mais defasados em seu valor aquisitivo real, que os do funcionalismo estatal.

O questionamento que o Poder Público impõe nas cores desse prenúncio de congelamento da URP não mereceria contemplação, não fosse a gravidade do momento que a Nação vive.

AS ESTATÍSTICAS DA ORIGEM DE NOSSA MISÉRIA SOCIAL

As últimas publicações oficiais, coordenadas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, apontam para uma população economicamente ativa nacional, de 53 milhões de brasileiros. O contingente das pessoas ocupadas, entretanto, aproxima-se de 50,4 milhões, assim distribuídos: 32,4 milhões de empregados; 11,9 milhões de autônomos; 1,9 milhão de empregadores; 4,2 milhões de não-remunerados.

A situação dos empregados, que é o que interessa no perfil que estamos traçando, em verdade, é a que demanda as nossas atuais preocupações.

As informações constantes no Anuário Estatístico do IBGE-1985, traduzem, sem véus, um quadro digno de ser considerado.

Do FEA de 50.208.705, em 1984.

- 6.190.858 recebiam de 0 a 1/2 salário-mínimo;
- 10.372.201 recebiam de 1/2 a 1 salário-mínimo;
- 11.326.318 recebiam de 1 a 2 salários-mínimos;
- 11.190.752 recebiam de 2 a 5 salários mínimos;
- 3.864.858 recebiam de 5 a 10 salários-mínimos;
- 2.215.087 recebiam mais de 10 salários-mínimos;
- 4.885.298 não possuíam rendimentos;
- 163.393 não declararam suas condições econômicas.

Se, apenas tivéssemos mantido esses

índices, o que é pouco provável, teríamos a concluir, que 65,27% da população economicamente ativa do País, receberá, neste mês de abril, salários de 0 a Cz\$ 14.520,00 (quatorze mil e quinhentos e vinte cruzados).

As conseqüências mais flagrantes dessa realidade, é que 94 milhões de brasileiros, são passivos da subnutrição alimentar que grassa os lares numa variada gama de doenças; que vítima de morte, 45 mil crianças com menos de 01 ano de idade, a cada ano; é a inacessibilidade dos trabalhadores aos benefícios da vida moderna; é a disparidade crescente entre a base e o topo da pirâmide da riqueza social, cada vez mais concentrada no topo, cada vez mais rarefeita na base; a configuração, inequívoca, de que estamos nos afastando do conceito de Nação, para compormos, ao lado dos Países mais subdesenvolvidos do planeta, uma incontrastável legião de párias da vida.

DO CONCEITO DE SALÁRIO À ABERRAÇÃO

Do latim "salarium", que originalmente designava o pagamento anual devido aos militares, adotou-se a palavra "salário" que, modernamente, em acepção genérica, é toda a remuneração ou estipêndio devido pela prestação de um serviço.

Mínimo, é adjetivo superlativo, absoluto, sintético, de pequeno. Conforme o uso a que se destinar, é substantivo masculino, que significa a menor porção de uma coisa.

Transposto ao melhor vernáculo, a expressão salário-mínimo sintetiza o quantum necessariamente imprescindível à sustentação orgânica e social de um trabalhador e sua família.

Sob o ângulo legal, a Constituição Federal em seu art. 165, inciso I, consagra este conceito.

Até aonde, entretanto, este conceito se coaduna à realidade fática?

As pesquisas do DIEESE concluem que este conceito, para ser razoavelmente atendido, demandaria um salário-mínimo de Cz\$ 33.229,00.

Apenas o item alimentação toma do trabalhador, para a aquisição da cesta básica, Cz\$ 10.867,81. A este custo, 12.113,400 trabalhadores brasileiros têm, hoje, a sagrada incumbência de trabalharem 44,9 dias por mês, apenas para garantirem o item da alimentação familiar.

Há quem duvide que esse largo contingente de brasileiros existe. Que esses números resultam da imaginação criadora, ou que possam ter sido obtidos em gabinetes de sindicatos da classe trabalhadora; ou, em organismos de oposição política ao Go-

verno. Não. São dados obtidos de pesquisas da SEPLAN, das ante-salas do Gabinete do Presidente José Sarney.

Não há dúvida que esta é mais uma das encruzilhadas difíceis. Não há dúvida, também, que o Governo reconhece a situação do trabalhador brasileiro urbano, tal qual a descrevemos. Ou, seria tão enfático no seu questionamento verbal, e no plano de suas intenções, de empreender uma política social que corrija este quadro infame e distorcido?

Vale aqui repetir que, até muito recentemente, antes, é claro, de suscitar-se um novo congelamento de salários por via da estagnação da URP, ainda não afastado nas elucubrações palacianas, que os economistas do Governo se propunham, até o fim do mandato do Presidente Sarney, dobrar o atual valor real do Piso Nacional de Salários. Mês a mês, o Governo fixaria reajustes superiores aos índices da inflação. Curioso é, que vem cumprindo. Em abril, o PNS foi fixado em Cz\$ 7.260,00, apontando para um reajuste de ordem de 16,30%, contra os 16,01% da inflação, e os 16,19% da URP. Isto é, o Piso teve um aumento real de 0,29%. Se a intenção do Presidente José Sarney de cumprir a sua promessa for séria, manter-se este índice de aumento real, podemos concluir que a próxima eleição para Presidente da República, somente ocorrerá depois do dia 28 de julho, após as 7 horas, 11 minutos e 56 segundos, do ano 2016. Sim, daqui a 28 anos, 3 meses, 7 horas 11 minutos e 50 segundos.

Desde já, auguramos todos, em virtude deste custo, que a promessa se mantenha sendo promessa.

A REPOSIÇÃO, UMA SOLUÇÃO COMPLEXA

É injusto afirmar-se que a solução objetiva desse quadro, possa dar-se de forma simplista.

Este quadro, resulta de um vasto complexo de políticas, que englobam bem mais que a consciência ou a séria determinação de, meramente, revisar os métodos da distribuição da riqueza social. Envolve mais. Envolve um profundo ordenamento do conjunto da economia, hoje, sem nenhum balizamento; a adequação do sistema financeiro do País, a parâmetros que detenham a usura, que se disponibilizem para os investimentos produtivos; a retificação do comportamento perdulário, imoral e inconsequente dos gastos e investimentos mirabolantes que os Governos, de todas as esferas do Poder, com honrosas exceções, impingem à economia do país, gerando déficits de orçamentos, recrudescendo os níveis da inflação, em cuja voracidade os salários vêm sendo triturados; a execução de uma política econômica séria e planeja-

da, que estimule a produção em todos os seus segmentos, de forma que ascendam os níveis de emprego.

Temos de reconhecer que este desastre jamais poderia ser obra de um único Governo. É, sim, resultante da irresponsabilidade, do despreparo e do descaso de muitos Governos. Por outro lado, é consequência de uma herança cultural que prostra e dimensiona os resultados do trabalho à significação íntima do capital, num desnível incomum se comparado às nossas parceiras sociedades capitalistas do planeta.

Foi desta concepção, também, que todas as tentativas de consecução de um pacto social, resultaram frustradas. Como é um engano desejar-se que o sangue de um morto possa garantir a sobrevivência de um paciente hemofílico, é um engano pretender sacrifícios de uma classe de quem se exauriu todas as reservas de brasilidade.

Vale, aqui, uma advertência: que não se cogitem mais fórmulas que carregem a esta classe novos holocaustos. Os resultados, obviamente, seriam imprevisíveis.

Por tudo quanto discorremos, a manutenção da URP e criação de mecanismos de reposição aos atuais salários, mais do que um compromisso político, é um imperativo que se impõe a todos quantos tenham sobre os seus ombros, a responsabilidade cívica e moral de redimensionar este quadro de miséria e desesperança, que se abate, implacável sobre a sociedade assalariada brasileira.

Que os novos caminhos que o Governo de José Sarney ensaia trilhar, contemplem com convicção e respeito, o dever do Estado; de garantir a vida e a dignidade social da Nação.

(Termina de ler)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, e concedo a palavra ao Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela.

Vossa Excelência tem trinta minutos para proferir a sua oração.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, razão assiste ao Deputado Algaci Túlio, quando cobra da Mesa Executiva desta Casa a mensagem do Governador que trata do congelamento da URP, ou, prioritariamente, da extinção da URP aos funcionários públicos do Paraná.

Estamos aguardando na Comissão de Justiça o referido projeto, há exatamente dias, e pelo que me consta, o projeto está em Regime de Urgência e parece-me que Regime de Urgência, às vezes, não tem sentido nenhum, não prevalece a vontade

Parlamento que votou a referida matéria.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde se encontra esse projeto nós não sabemos, e este Parlamento tem a obrigação e o direito de cobrar da Mesa Executiva, a vinda do projeto para discussão.

Nós já temos acompanhado na nossa Comissão de Constituição e Justiça, o trabalho realizado a respeito do referido projeto. Sabemos de antemão, antecipando toda e qualquer discussão a respeito do referido projeto, que se trata de uma proposta totalmente inconstitucional, primeiro porque, na sua essência, burla e fere a Lei Federal. A lei que regulamentou a URP neste País, ainda foi uma forma de achatamento salarial, provocado pela política econômica do Governo Federal, continua muito mais arrochada, se for implantado tal congelamento, tal extinção aos trabalhadores do serviço público do Paraná.

Por isso é que nós, partindo de um princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, vamos encontrar que a URP, que é o índice usado, que determina a variação da correção salarial, foi imposta a todos os trabalhadores brasileiros, porque é fundamental tal reposição salarial.

Sabemos disso, Sr. Presidente, e sabemos disso, Srs. Deputados o projeto que está oculto nesta Casa talvez por interesse da minoria, vem ainda arrochar muito mais o salário do trabalhador paranaense, e eu digo paranaense porque até agora, foi o único Estado da Federação, que se propôs a fazer tal medida. Outros Estados com situações financeiras bem piores que a do Paraná ainda não adotaram tal medida. Aqui o Paraná abre um parâmetro, abre um caminho para se votar uma lei que pode até se estender à iniciativa privada. Sabemos o início de tudo isto; acompanhamos o início de todo este movimento, desde o dia em que se instalou o Plano Bresser neste País.

Outro dia mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendíamos os representantes do FUNRURAL e do INPS a nível municipal, dizendo que os seus contratos estavam há muito tempo defasados, dizíamos que ainda o PMDB governa com salário do Plano Cruzado, o PMDB continua governando e pagando o mesmo salário e 1986 aquela classe de servidores.

Então, o arrocho existe, em todos os segmentos dos nossos trabalhadores.

Recebemos manifestações de apoio desta classe de trabalhadores há muito tempo, e muitas vindas do Interior.

Mas não vou longe, Sr. Presidente, Srs. Deputados. As notícias que estampam os nossos jornais a respeito do funcionalismo público. A "Folha de Londrina" há poucos dias atrás, quando do início desta Mensagem, do início da sua tramitação, di-

zia que o aumento para o funcionalismo público do Paraná poderia ficar em apenas dois por cento. Eu pergunto: é possível tal situação? É possível tal imposição ao trabalhador paranaense?

A Mensagem que muda o reajuste, vincula à Receita do Estado. Ora! Sabemos que há poucos dias o Governador Álvaro Dias inaugurava ou completava um ano de trabalho junto ao Governo do Estado e ele mesmo mandou publicar neste Paraná um sem-número de propaganda sobre o seu primeiro ano de Governo, e estes mesmos anúncios de sua administração diziam que o Paraná já havia recebido nada mais nada menos do que dois bilhões e trezentos milhões de dólares de investimento na indústria.

Acredito que o Paraná possa até receber tais investimentos, porque se eles tivessem realmente sido aplicados no Paraná até o dia 15 de março como anunciou a imprensa paranaense, teríamos um rendimento muito maior, uma receita muito maior dos impostos neste Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, perguntamos, onde é que estão aplicados os 2 bilhões e 300 milhões de dólares do Paraná e o resultado dos investimentos não aumentou a Receita? Isto não nos estranha, porque é só analisar o fato de que este investimento sendo feito, o Governador já poderia pagar o seu funcionalismo, a URP integral, sem prorrogar por um ano, dois anos, conforme tem anunciado por aí todos os dias.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Valderi Mendes Vilela, veja bem. O Governador, segundo a página "Educação", "não cumpre a Lei e revolta todo o funcionalismo público".

O professor Gentil Ângelo Piassa, de Londrina, reagiu a uma afirmativa que teria feito o Governador Álvaro Dias quando a classe do funcionalismo diz - e Vossa Excelência mesmo acabou de afirmar - que é uma Mensagem inconstitucional que regula o aumento só na proporção da arrecadação do ICM, e ela é inconstitucional. E teria dito o Governador em resposta aos professores em Londrina, de que ele não estaria muito preocupado com isso, "que pode até se discutir a inconstitucionalidade da matéria, mas até que isso seja esclarecido, o meu mandato terá vencido". Quem está dizendo isso que o Governador disse, é o Professor Gentil Ângelo Piassa, que vai muito mais além, "que o governador assume o papel de transgressor da Constituição Estadual, que não a cumpre e nem a faz cumprir como estadista que é. Demonstra-se ainda descrente da força da Justiça que é morosa, revelando o seu de-

sinteresse em agilizá-la como chefe maior do Estado. Empurra os problemas para outros, uma vez que apela para soluções, para depois que o seu mandato estiver vencido".

E vai mais além o Professor Ângelo Piassa, quando diz que "o Governador criou um problema muito sério àqueles que já ganhavam um salário de fome, os funcionários públicos do Paraná e revelou-se incompetente na criação de mecanismos, os badalados mecanismos do Secretário Luiz Carlos Hauhy, que garantem ao Governador saudar os seus compromissos já assumidos". Ainda diz o Professor Ângelo Piassa, "parece que a mesma lei que obriga a todos nem mais faz cêcegas na consciência dos Governadores. Se a arrecadação de fevereiro não possibilitou pagar a URP integral ao funcionalismo público em março, por que o Governador não propôs, como qualquer cidadão autêntico faria, pagar o restante com juros e correção monetária dos meses subsequentes até o cabal desempenho do seu papel de administrador dos bens públicos, em vez de se negar a pagar o que deve, desrespeitando a lei e promovendo a injustiça social".

Veja a revolta que está criando o Governador, pelo não cumprimento de uma lei federal, e por esse não cumprimento está criando realmente uma situação de muita intranquilidade no meio da classe do funcionalismo. E perguntou muito bem Vossa Excelência: onde é que estão os 2 bilhões e 300 milhões de dólares que o jornal, que aquele material todo de promoção do primeiro ano do Governo Álvaro Dias espalhou por este Paraná e por este Brasil afora, numa promoção incrível? Onde é que estão esses 2 bilhões e 300 milhões de dólares? E onde é que está o ICM que é arrecadado neste Estado se no próprio material de propaganda o Governador diz que a cada semana há uma empresa nova no Paraná? Será que essas empresas não pagam ICM? Isso tudo está sendo indagado ao Governador e é preciso que esta resposta venha o mais depressa possível para evitar a criação de um clima de total intranquilidade no seio da população do funcionalismo público do Estado do Paraná, porque há que se acrescentar ainda, Deputado: eu recebi ontem no meu programa de rádio um grupo de moradores de um conjunto do IPE, no bairro da Boa Vista. O IPE não quer saber, o Banco do Estado não quer saber se o Governador está pagando a URP ou não, mas a verdade é que a mensalidade, a prestação, está vindo na base de OTN, levando muitos ao desespero de abandonar as casas, de vender, de passar para frente porque não tem como saldar a prestação.

Então, há que se perguntar: não se respeita a URP, mas o trabalhador, o fun-

cionário público que paga a sua casa no conjunto através do IPE, ele se obriga a pagar na base da OTN. Quer dizer, é uma injustiça: se não paga a URP, não permita que se cobre via Banco do Estado do Paraná, a mensalidade, a prestação na base da OTN.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e gostaria de esclarecer também alguns pontos a respeito disso.

Veja bem Vossa Excelência, que os impostos municipais em Curitiba, segundo meu conhecimento, foram lançados também em OTN. As prestações das escolas particulares também continuam sendo lançadas em OTN's. O aumento do custo de vida, realmente assustador, ultrapassa a 25% ao mês, numa inflação galopante, onde os 500% estão pertinho de serem atingidos e o que acontece com o nosso Governo? Ele propõe exatamente o congelamento do salário do trabalhador do serviço público estadual. Com isso, Deputado Algaci Túlio, vai dar um exemplo, e um exemplo muito mal, para que a iniciativa privada também pratique tais medidas.

Vejam bem o que publicou a "Folha de Londrina" no dia 18 de março:

"Se o Governo continuar insistindo na política de retirar o poder aquisitivo dos trabalhadores, o Governo jogará o País num impasse institucional. A afirmação foi feita pelo Presidente da Federação de Associações Comerciais do Rio Grande do Sul - Cesar Rogério Valente. Em palestra aos empresários da construção civil o Presidente da FEDERASUL defendeu a manutenção da URP para correção mensal do salário dos trabalhadores da iniciativa privada e da administração pública e criticou o fisiologismo do Presidente José Sarney e do Deputado Ulysses Guimarães, por beneficiar segmentos que desejam o impasse institucional neste País".

Vejam bem, é a própria iniciativa privada que se volta contra o congelamento da URP. Porque nós sabemos que quanto menos dinheiro tiver o trabalhador, menos recurso ele tem para comprar, mais desemprego vai ocorrer. Só quem envia uma mensagem dessa natureza, é que não tem conhecimento desses fatos.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Valderi Mendes Vilela, Vossa Excelência vai à tribuna e discute um assunto que está em pauta em toda Nação brasileira. Há os prós e os contras, o Governo Federal e os Governadores, na grande maioria, se manifestam assustados com influência que possa ter o pagamento d

URP na economia nacional, como mola propulsora da inflação ainda maior.

Sem entrar no mérito, eu gostaria de aduzir a suas palavras, que a Mensagem que o Sr. Governador encaminhou a esta Assembleia tratando do assunto, me parece totalmente inconstitucional, porque a lei que dispõe, que regula, que norteia o pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado, é a Lei n. 8592, de 28 de outubro de 1987, e ela em pouquíssimos artigos, se fundamenta no Decreto-Lei n. 2335, e logo depois no n. 2336. Quer dizer, o que tem que ser alterado no entendimento modesto, no conhecimento modesto de Direito Constitucional deste Deputado, é a legislação federal, que são os dois decretos que regulam a matéria sobre os quais esta Casa votou Mensagem proposta pelo Governador, estabelecendo diretrizes, comportamento do Estado para o pagamento da URP aos seus funcionários.

É a lei maior. Agora, sem que se mude a legislação federal, porque o Governo Federal não decide, está indeciso, os Ministérios divididos quanto à conveniência ou não da alteração da lei, vem o Sr. Governador do Estado do Paraná, numa mensagem de sua autoria, e encaminha a esta Casa proposta para alterar esta mesma orientação.

Ora, no meu entendimento é totalmente inconstitucional, porque a lei vigente se fundamenta no Decreto n. 2335.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço ao Deputado Basílio Zanusso, e gostaria de esclarecer que Vossa Excelência está coberto de razão porque quem instituiu o mecanismo da correção salarial foi uma lei federal e essa lei estadual não pode modificar a federal, porque fere o princípio da hierarquia das leis.

Agora, não acredito que este projeto venha a vingar, nobre Deputado. Acredito que assim como ele desapareceu, não está na Comissão de Constituição e Justiça, faço parte desta Comissão e até hoje ele não apareceu lá, ele também vai sumir ou voltar com algumas modificações cabíveis de discussão e de implantação para resolver a pendência que se instalou neste Estado.

Por isso, Vossa Excelência está cheio de razão nesse particular.

O SR. RAFAEL GRECA - Concede um aparte? (Assentimento)

Também, como Vossa Excelência, quero saber onde está o Projeto da Mensagem Governamental que de maneira desastrosa vem propor uma correção e uma reposição salarial que infelicita a classe do funcionalismo público do Estado.

Eu gostaria ainda, mais uma vez, de

lembrar, o Programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - o Partido do Governador Álvaro Dias, salvo informações em contrário, eu não sei, ele andou em Brasília esta semana também, nós ouvimos do Sr. Antônio Carlos Magalhães e pode ser que ele venha a mudar de Partido...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Mudou o domicílio eleitoral também para o Rio de Janeiro.

O SR. RAFAEL GRECA - ... é da Coleção

Carlos Alberto Pascoaline. E com toda a propriedade esse Programa diz o seguinte: "que o PMDB entende que é preciso defender o salário móvel: considerar que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapassar 10% como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores", e diz ainda mais essa letra civicamente bem escrita e que hoje parece letra morta" o ponto de partida para uma política efetiva da distribuição da renda é a elevação dos salários e a participação dos trabalhadores na renda nacional".

E o que nós vemos hoje é o Presidente da República entre os Militares e o FMI tentando corrigir o "deficit" público no bolso dos trabalhadores. Sempre os miseráveis pagam a conta neste Brasil, tem sido assim há muito tempo.

Nós esperávamos que quem escreveu um Programa, um Estatuto, um Código de Ética, com a dimensão desse programa editado pela coleção Alberto Pascoaline - o meu exemplar é autografado pelo Senhor Ulisses Guimarães, no tempo em que ele não era "faraó" -, eu imagino que quem escreveu tais coisas desista depressa de manter essas mensagens. Se a Bancada do PMDB teve um acesso de vergonha e escondeu a Mensagem do Governador, valha-nos Deus palmas a Bancada do PMDB.

No entanto, nós precisamos sair deste impasse. E, estas pessoas precisam receber a URP do mês de março. Porque vai mal, vai mal porque o IPE cobra as mensalidades em OTNs, a COPEL cobra as mensalidades em OTNs, a SANEPAR corrige as suas tarifas de água, aliás, está metendo as suas tarifas de água, agora, para pagamento entre o dia 1º e 6 de cada mês, quando as pessoas só recebem após o dia 10 e isto vale para toda a população. Antes, a SANEPAR fazia a cobrança, inclusive no Governo José Richa, entre o dia 15 e 20 de cada mês. Os síndicos dos prédios estão enlouquecendo porque as pessoas não estão pagando as contribuições de condomínio, e a SANEPAR, com cer-

teza, está ganhando muito dinheiro porque virou a "casa das multas", "da correção monetária", porque cobra dos assalariados ainda antes que eles recebam os seus salários. Precisamos corrigir estas coisas, precisamos cumprir o nosso papel de oposição responsável. E este papel não implica na provocação do Senhor Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, a propósito do domicílio eleitoral do arquiteto Jaime Lerner; porque tais coisas dizem respeito ao foro interno do partido, quando senão ao foro da casa do Dr. Jaime Lerner.

Não responderemos sobre isto, mas perguntamos aonde anda a lei que dê a justa reposição salarial, o salário móvel no jargão do PMDB, para o funcionalismo público, do Estado governado pelo PMDB e excelsamente presidido pelo Senhor José Sarney, dos encantos do Governador. Era isto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria de frisar que há uma diferença muito grande quando vemos que o Governo ampliou o prazo para pagamento de ICM de muitas empresas paranaenses, deixou de entrar dinheiro no caixa do Governo e os serviços públicos paranaenses encurtam os prazos para pagamento...

O Sr. Algaci Túlio - Deputado, a COPEL anuncia hoje um lucro de trezentos milhões de cruzados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Não acredito que os lucros destas estatais são faraônicos, porque eles têm atualização mensal, acima da inflação. Não é correção monetária. Não é a correção dos valores que estas estatais têm aplicado contra o trabalhador brasileiro. Elas têm aplicado uma correção maior do que a inflação. E como disse há pouco tempo, numa inflação de 500% ao ano, não podemos fazer com que o salário fique congelado.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Valderi Mendes Vilela, agradeço o aparte. Ninguém gosta de tirar dinheiro de ninguém. O que me espanta, em determinados momentos, são colocações como vi hoje, que soam como verdadeiras asneiras aos nossos ouvidos. Por exemplo, o Deputado Algaci Túlio perguntava onde vai o dinheiro do ICM... basta saber qual é a folha do Paraná hoje, qual é a arrecadação do Paraná, para saber onde está indo o dinheiro do ICM. Basta abrir os jornais, ou basta procurar saber através da sua assessoria, da Secretaria de Finanças, que vai ser informada. Ninguém quer tirar dinheiro de ninguém. Mas não podemos ouvir uma

afirmação descabida, como a do Deputado Rafael Greca, perguntando onde está a Mensagem da URP. Ora, se o Deputado Rafael Greca não ficasse quase três meses fora do País, recebendo da Assembléia Legislativa do Paraná, se não tivesse vindo somente no final do mês de março para cumprir com seu mandato de Deputado, ele saberia que a Mensagem está na Comissão de Constituição e Justiça. A não ser que esta Comissão, a qual Vossa Excelência faz parte, tenha sido desativada e não exista mais aqui na Assembléia.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Só um esclarecimento a Vossa Excelência, faço parte desta Comissão...

O Sr. Nestor Baptista - Então ela não foi desativada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - ...meu índice de falta nesta Comissão é baixíssimo, mas ela não está lá.

O Sr. Nestor Baptista - Está.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Não está.

O Sr. Nestor Baptista - Então Vossa Excelência não participou da reunião. O Deputado Cândido Bastos inclusive foi designado como Relator.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Quando?

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência não comparece às reuniões...

O Sr. Algaci Túlio - Pergunte ao Deputado Nestor Baptista se ele é da Comissão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu estava na Comissão, Vossa Excelência não é da Comissão, não sabe, eu estava na Comissão e não entrou nenhum Parecer nela. Posso lhe garantir.

O Sr. Nestor Baptista - Absolutamente. Está com o Deputado Cândido Bastos. Foi distribuída a matéria. Se Vossa Excelência tivesse participado, teria sabido.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu participei. A prova é que estão muitos Projetos de Resolução com a minha assinatura na Ordem do Dia de hoje. Vossa Excelência está enganado que eu não participei da reunião.

O Sr. Nestor Baptista - Não estou enganado. Deputado Valderi Mendes Vilela, me permita, ou Vossa Excelência não participou da reunião ou Vossa Excelência não está usando da verdade. O Deputado Cândido

Bastos é hoje o Relator desta matéria.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Vossa Excelência disse-o bem: pode ser hoje. Terça-feira não era.

O Sr. Nestor Baptista - Não, é hoje. Por que está em poder do Deputado Cândido Bastos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Ontem não era.

O Sr. Nestor Baptista - Ontem, a reunião foi ontem e não hoje.

O Sr. Algaci Túlio - Há quanto tempo está aqui na Casa esta Mensagem, Deputado Valderi Mendes Vilela?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Está desde o início...

O Sr. Nestor Baptista - Eu preciso saber se Vossa Excelência me dá o aparte.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nós estamos conversando.

O Sr. Nestor Baptista - Pois é, mas eu estou ouvindo um "trinar" ao lado...

O Sr. Algaci Túlio - Da mesma forma que o Senhor fez no aparte do Deputado Rafael Greca.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me dá o aparte?

(TUMULTO NO PLENÁRIO).

Assume a Presidência o Senhor Deputado Eduardo Baggio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao Deputado que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado. Mas, que Vossa Excelência pode aproveitar o tempo da Liderança do PDT por mais 8 minutos e meio.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir vosso aparte. Nós usamos da democracia.

O Sr. Nestor Baptista - E faz bem. É a medida mais inteligente. Então, eu devo dizer a Vossa Excelência, já que há tanta gente preocupada com o aparte que me está sendo concedido, que participando da reunião, o Deputado Rafael Greca vai saber onde está a Mensagem. Ele é quem está desinformado, porque estava na África. Ainda está mostrando fotografia para os familiares, está telefonando para o Rio de Janeiro para contar para o Senhor Jaime Ler-

ner que tirou a fotografia com o pé na cabeça de uma borboleta. Até isso pode ter acontecido.

O Deputado Algaci Túlio também não sabe onde vai o dinheiro do ICM porque não procura ler o jornal, os jornais...

O Sr. Algaci Túlio - Nem Vossa Excelência sabe. (TUMULTO NO PLENÁRIO). Traga os números para esta Casa.

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Presidente. eu estou fazendo um aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito aos Senhores Deputados que se atenham àquele que está aparteando.

O Sr. Nestor Baptista - E para encerrar, portanto, Deputado Valderi Mendes Vilela, o Governador Álvaro Dias tem atendido este Paraná e Vossa Excelência é testemunha, porque tem acompanhado requerimentos e mais requerimentos pedindo casa, pedindo o Projeto Mutirão, pedido escolas. E Vossa Excelência tem sido atendido, na maioria de seus Municípios. O Deputado Algaci Túlio, "alternadinho" que está hoje, por quê? Porque na região que ele faz política, ele sabe que o Governador Álvaro Dias está realizando um trabalho que nunca foi feito, pela região metropolitana. Em tempo algum. Está preocupado com logotipo e marca? Mas, claro! Está muito certo o Governador Álvaro Dias. Como o Governador Paulo Pimentel assim agiu, como o Governador Jayme Canet assim agiu. Cada Governo usa sua marca. Ou vamos por um microfone com a fotografia do Algaci Túlio para distribuir determinações do governo do Paraná? Eu agradeço a Vossa Excelência o aparte que me foi concedido e nós vamos voltar a discutir. Apenas quero lhe lembrar: o PMDB não quer tirar dinheiro de ninguém. O PMDB não quer prejudicar trabalhador nenhum. Não quer prejudicar o servidor público de maneira alguma. Nós estamos apenas encontrando, procurando uma maneira de que o Paraná seja bem servido. O Paraná não vive só de servidor público. Um completa o outro. O trabalhador do campo, o trabalhador da cidade, o trabalhador do comércio e o servidor público. Eu agradeço.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado, eu só quero concluir dizendo a Vossa Excelência que, durante este período em que esse projeto andou em lugar incerto e não sabido, eu já preparei o meu voto contrário, nobre Deputado e Líder do PMDB. A aprovação da matéria está prontinha aqui há muito tempo. Só que eu não tive oportunidade de entregá-la, porque o projeto de-

sapareceu da Comissão de Constituição e Justiça. Eu falo isto porque estou lá e freqüento as comissões da Casa. É só ver a minha presença, tanto aqui no Plenário como nas comissões que vai encontrar lá. Na Comissão de Constituição e Justiça, se foi designado um Relator, foi ontem.

Senhor Presidente, eu gostaria de que o resto do tempo da Liderança fosse usado pelo nosso Líder, o Deputado Rafael Greca. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Presidência defere.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados; em especial o nobre Deputado Nestor Baptista, que me distinguiu com a sua atenção especial, durante aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

Em primeiro lugar, a bem da verdade, para que se corrija a injustiça, eu não estive na África, estive na Índia, na China, no Nepal e na Tailândia, e estive na Itália também, como Vossa Excelência, em tempo passado.

O Sr. Nestor Baptista - No Nepal, em especial.

O SR. RAFAEL GRECA - Estive também na Itália, como Vossa Excelência em tempo passado, e lá na Itália não me informaram se o BANESTADO vai ou não anunciar os "OUT DOORS" da próxima Copa do Mundo, que se esboçará naquele País. Talvez porque não tenha freqüentado a ambiência oficial dada aos áulicos, porque paguei, naturalmente, todas as minhas contas. A propósito da proclamação da Mensagem do Senhor Governador nesta Casa, eu a tenho acompanhado e estudado, eu a ouvi, porque estava presente na sessão em que foi lida. Imagino que o Deputado Cândido Bastos deva bem depressa fazer o relatório, para que dê tempo de se corrigir a injustiça contra o funcionalismo, pagando-se a URP. de março. O que, aliás, não se fez no mês de janeiro.

Eu quero ainda mais...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - A propósito das obras propaladas do Governo Álvaro Dias, nós gostaríamos que aquele "Folder" que foi inserido em todos os jornais do Paraná e alguns do Brasil, a propósito da comemoração do primeiro aniversário de Governo, não fosse quantitativo, mas sim, qualitativo, porque eu ouvi o Senhor Prefeito de Paranaguá, num almoço dias atrás, dizer que as obras em Paranaguá não existem. Eu gostaria que tais obras, fossem devidamente

enumeradas, digna e convenientemente enumeradas, porque temo que estejam sendo computadas como obras, as placas que se espalham a mancheias, por todos os caminhos do Paraná.

O Sr. Nestor Baptista - No Nepal Vossa Excelência não vai encontrar obras do Governo Álvaro Dias.

O SR. RAFAEL GRECA - Vossa Excelência perde toda a autoridade de contestar a minha viagem recente ao Exterior, de caráter particular e cultural, porque Vossa Excelência votou a minha licença, e eu faltei só quatro sessões nesta Assembléia. E não desviará Vossa Excelência com estas provocações a minha atenção dos elevados interesses do Paraná. Vossa Excelência escolheu o caminho do Litoral Paranaense, eu escolhi o caminho dos Himalaias, cada um faz na grandeza de sua estatura.

Quero dizer mais ainda: deve a Assembléia responder o problema do jogo do bicho, conforme inquire o Deputado Algaci Túlio.

Deve a Bancada do PMDB, abandonar o silêncio e aí eu louvo o Deputado Nestor Baptista, que nos provoque e converse conosco, mas gostaria que viessem nas suas assertivas as razões, viessem nas suas assertivas os fatos, viesse mesmo a verdade factual.

Gostaria também de perguntar quero que respondam amanhã, por que é que se procurava tanto o Deputado José Felinto, para andar assinando aí uma Mensagem a respeito do funcionalismo? E gostaria de exortar o Deputado José Felinto, a se engajar nas lutas sindicais, como no passado o fez, não entrando numa fria deste tamanho.

Senhores, Senhoras, Senhor Presidente, o caminhão da CUT, escuraçado da rua de frente esta Assembléia, hoje ou ontem, faz dizer, ainda uma vez aos olhos da opinião pública, que nós não queremos ouvir o que vai pelas ruas.

No entanto, todos devemos e precisamos ouvir, porque hoje as ruas da Cidade amehceram carimbadas com um dístico muito bem feito, eu reconheço que aquilo não era canhoto, talvez fosse letra de Direita "Vote Nulo, Vote Nulo, Vote Nulo", a que serve a pregação do "Vote Nulo" a que serve a pregação do "Vote Nulo"? Serve desmoralização dos políticos, e da classe política. Serve aos que querem a volta da ditadura..

Nós vivemos um impasse muito grave e Nação; precisamos com seriedade...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao Senhor Deputado que seu tempo encontra-se esgotado, concedemos trinta segundos para concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu agradeço a sua benevolência, e nós devemos com seriedade, Senhor Presidente, sempre tão benevolente, nós devemos com seriedade resgatar, bem depressa, o papel da classe política e tais coisas, podemos fazê-lo com educação, com cortesia, sem contestar o Governador e a sua licença, mas tentando que ele acerte, e não, sendo o péssimo conselheiro que todos os manuais de política detestam e execram, ou seja, aquele palaciano que só adula, que só diz sim, que só aponta louvores no príncipe e deixa que o príncipe se cegue na sua própria vaidade.

Era isto Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu horário.

Com a palavra Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Certamente, como não podia deixar de ser, a preocupação do Partido dos Trabalhadores neste dia é aquela já iniciada por representantes de outros partidos, o PDT que também ouve a voz lá de fora e procura chamar a atenção deste Poder para os problemas essenciais que acontecem neste Estado.

Amanhã será o dia de manifestação pública no Estado do Paraná. Agricultores, servidores públicos e aos integrantes das Estatais que estarão nas ruas manifestando, se opondo aos absurdos do Governo Federal e aos absurdos do Governo Estadual que vem desmentir a palavra do Líder do Governo que diz que os trabalhadores não estão sendo discriminados e estão sendo bem tratados por este Governo, o que é mentira.

Basta darmos uma lida na Mensagem governamental e as suas justificativas que extingue a URP para os servidores públicos do Paraná, que nós vamos perceber o tamanho descalabro palaciano e a discriminação e a imparcialidade com relação aos servidores públicos que é grande parte dos trabalhadores paranaenses.

Como nós vamos justificar publicamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma Mensagem que contém tamanha discriminação, onde o Governo do Estado estabelece que se a arrecadação de ICM ultrapassar os valores do percentual da URP o Governo paga a URP; se for menor, ele vai pagar percentual igual a arrecadação do ICM.

Isso é discriminação contra os trabalhadores, ou não é?

Outra discriminação Senhor Presidente e Senhores Deputados, o interesse do Governo Federal em privatizar os serviços públicos que o Governo Federal ainda vem

mantendo.

Isso é atender a política do FMI - Fundo Monetário Internacional. Isso é atender o interesse dos grandes oligopólios internacionais e, isso Senhor Presidente e Senhores Deputados é desatender o interesse do povo brasileiro e, obviamente os trabalhadores que são 97% do povo brasileiro.

Não podemos de maneira nenhuma Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores membros das Comissões desta Casa, não podemos de maneira nenhuma concordar com o que contém esta Mensagem do Governador Álvaro Dias, como não podemos concordar com a intenção do Governo Federal, encaminhada ao Congresso Nacional, isso é destruir a classe trabalhadora brasileira, isso é dar um voto de confiança, aumentar os lucros dos grandes grupos que já estão enriquecidos, e que agora vão ter mais poder de dominar os setores que hoje estão dominados pelo setor público, pelo setor oficial, e que amanhã serão obras de negociação do setor privado.

Por isso, estou propondo, nesta sessão de hoje, um voto de apoio às organizações sindicais e populares, que no dia de amanhã estarão na rua também aqui no Paraná, no Noroeste do Estado, manifestando o descontentamento e a posição dos trabalhadores, bem como no Oeste do Paraná, bem como na região Sul do Estado do Paraná, bem como no Sudoeste, temos que louvar estas iniciativas, organizadas dos trabalhadores paranaenses. Temos que também manifestar o nosso apoio e não como aconteceu no dia de ontem, já manifestado pelo representante do PDT, nesta Casa, e nos meios de comunicação, tentando expulsar da frente desta Casa de Poder, a manifestação real e pública dos trabalhadores, dos servidores públicos e dos trabalhadores das Estatais do Paraná; nós temos sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de manifestar o nosso apoio, o nosso regozijo para aqueles que zelam e que ainda querem que o trabalhador paranaense, que o trabalhador brasileiro seja prestigiado.

E, faço um apelo, em nome do Partido dos Trabalhadores, para todos os de bom senso e todos os que querem ver uma Nação de trabalhadores, uma Nação de pessoas ativas neste País e neste Estado, para que lutem, para que o Governo volte atrás e pague a URP de março, para que ele pague a de abril, e que, pelo menos ele mantenha a URP que é a medida que impõem menos arrocho para os trabalhadores paranaenses e brasileiros. Porque se o Governo Álvaro Dias toma a frente para derrubar a URP, é lógico, o Governo Federal terá moral para fazê-lo também, e os setores privados, muito mais, irão copiar aquilo que o Go-

verno vem fazendo, e aí sim, será uma derrota, aquela aspiração antiga dos trabalhadores, quando tinham o reajuste trimestral ou semestral. Isso impunha um grande arrocho para a classe trabalhadora, agora, através da URP, onde, momentaneamente, poderia corrigir parte deste arrocho, agora se vê ameaçada!

Por isso, temos que louvar a iniciativa destas organizações populares e sindicais, que vão para a rua dizer não, de maneira organizada, ordeira e consciente.

Vamos apoiar estas medidas, porque amanhã será tarde!

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto o PFL se fará uso de seu tempo. Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Mais uma vez, na condição de Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, assumo a tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa um fato lamentável. Um fato de suma gravidade. Um fato que, como Parlamentar já na quinta legislatura, deixa-me pesaroso e, ao mesmo tempo faz-me temer pela sorte do Poder Legislativo em nosso Estado. E tudo porque, vivendo um momento grave do período de transição política, de repente, vejo que toda aquela pregação de ontem, por parte dos homens que estão no Poder, é desmentida hoje. E vejo que toda aquela luta em favor do fortalecimento do Legislativo, com a reconquista de seus direitos e prerrogativas, é lançada por terra, e justamente por aqueles que mais gritaram e mais brigaram, num passado ainda bem recente. Vejo isso, com pesar, no âmbito federal, onde a legislação de exceção não só foi mantida, mas chega a ser usada sem a menor cerimônia, sem qualquer resquício de pudor. E vejo isso, aqui, em nosso Estado, onde o Executivo ignora e não dá a mínima ao Legislativo. Exatamente aqui, onde o Executivo tem a chefia-lo um jovem, que já foi vereador na altiva Câmara Municipal de Londrina, que já passou por esta Casa, ocupando esta mesma tribuna como combativo Deputado de Oposição, que já foi Deputado Federal e Senador da República, este mesmo Executivo não respeita e não contribui para o restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não era minha intenção, na verdade, vir a esta tribuna, fazer este desabafo. Mas, o faço, pela responsabilidade que tenho, como Líder da Bancada do PFL - uma Bancada pequena, é certo, mas que, a exem-

plo das demais Bancadas de Oposição nesta Casa, não quer e não pode, de forma alguma, arcar com a responsabilidade de, no futuro, ser apresentado ou apontado como omissos ou coniventes.

Recordo, por isso mesmo, que no início da atual Legislatura, isto é, nos primeiros meses do ano passado, apresentei nesta Casa um requerimento contendo pedido de informações ao Senhor Governador do Estado, sobre os gastos efetuados com publicidade no governo Richa.

Pois bem, depois de muita demora, depois de esgotados os prazos de lei, chegou a esta Casa aquilo que deveria ser uma resposta. Mas, longe disso. A pretensa resposta não informava, nem esclarecia nada. Absolutamente nada, pois de mais de 30 quesitos, apenas um foi respondido. E, o pior: a pretexto de justificar-se, estava ali escrito, com todas as letras, que o Senhor Governador, o jovem e zeloso Governador dos paranaenses, não mais poderia responder à Assembléia Legislativa "face à precariedade dos controles existentes".

Convenhamos, Senhor Presidente, estava ali o retrato de um absurdo, a confissão de um crime, pois com o dinheiro público não se pode brincar impunemente. E o Executivo, sabe Vossa Excelência, não pode se furtar a responder aos pedidos de informação do Legislativo, sob pena de infringir a Lei, a Constituição.

Inconformado, vim a esta tribuna. Apelei à Mesa para que cobrasse do Senhor Governador uma resposta a todos os quesitos. E fiz mais: enfatizei então que, no cumprimento do dispositivo constitucional do art. 39, e de seus parágrafos, fosse solicitado ao Tribunal de Contas que procedesse a uma auditoria financeira e orçamentária nas unidades administrativas do Poder Executivo, a fim de esclarecer e apurar os fatos. Apelei a esta Casa, como um todo, para que se levantasse, em nome das prerrogativas do Legislativo, em nome do respeito à Constituição, em nome do dever que tem o legislador, de também fiscalizar os atos do Executivo.

Nenhuma resposta, Nenhuma providência. Nenhuma ação!

Pois aí está o resultado. Alentado pelo silêncio cúmplice deste Poder, o Executivo volta a proceder com descaso e total desconsideração. E de forma ainda mais afrontosa, agressiva e desrespeitosa para com o Poder Legislativo.

Sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Recordo, a propósito, que no final do ano passado, em dezembro, para ser mais preciso, apresentei nesta Casa outro requerimento, com algumas indagações baseadas em notas, comentários e informações da imprensa paranaense e nacional, relativa

mente ao entendimento entre o Governo do Estado e os responsáveis pelo jogo do bicho, no território paranaense. Entendimento que se traduzia na destinação ao Governo de determinada parcela de recursos, que seriam aplicados em programas assistenciais pela Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Estava aí perfeitamente caracterizado um fato grave, que, ao ser publicamente admitido pelo Senhor Governador, obteve repercussão negativa em todo o País. Não poderia, de fato, o Chefe do Executivo agir como agiu, sob o argumento pífio de que a lei que rege a matéria é obsoleta e ultrapassada. Se de fato o é - e preferimos não entrar no mérito da questão - há que se recorrer aos meios normais para derrogá-la. Ignorar a lei ou, pior ainda, colocar-se acima dela, é um absurdo que não pode ser tolerado, razão pela qual chegou a se esboçar até mesmo, entre membros do Ministério Público, um movimento de inconformismo e insatisfação.

Pois bem, apresentei esse requerimento, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, na sessão plenária de 3 de dezembro de 1987. A partir daí, o pedido já não era mais deste parlamentar. O pedido passara a ser da Assembleia Legislativa. Do Poder Legislativo paranaense.

Escudado no Regimento Interno e no que dispõe a Constituição do Estado, foi o requerimento encaminhado ao Senhor Governador no dia 9 de dezembro, através de ofício do Presidente deste Poder.

Passaram-se os trinta dias legalmente previstos para a resposta e esta só chegou em março, na forma de um ofício de oito linhas, subscrito não pelo Chefe do Poder Executivo, como manda o protocolo e a cortesia, mas pelo Chefe da Casa Civil, que o assinou e encaminhou ao Chefe do Poder Legislativo. Ofício, por sinal, datado de 9 de fevereiro, mas que só foi protocolado nesta Casa em 4 de março, ou seja, quase um mês depois!

Esse, no entanto, poderia ser apenas mais um detalhe. De fato, o mais grave não foi a desobediência ao prazo legal. Nem tampouco a descortesia para com a Presidência deste Poder. O mais grave, o mais inacreditável está naquilo que deveria ser a resposta às indagações formuladas por esta Casa ao Senhor Governador. E que, absolutamente, não responde a nada.

Nada, com efeito, se informou sobre o montante arrecadado dos responsáveis pelo jogo do bicho no Estado. Ou como se aplicou o dinheiro arrecadado. Muito menos, sobre a forma de contabilização desses recursos. Limitou-se o Chefe da Casa Civil a encaminhar a esta Casa uma lacônica, vazia e inconsequente "informação" prestada por um advogado da FASPAR, informação que faço

questão seja do conhecimento dos Senhores Deputados e que conste dos Anais desta Assembleia, como prova do desrespeito com que este Poder foi tratado.

Diz o documento, firmado pelo advogado Almir Moreira e datado de 22 de janeiro de 1988 "ipsis litteris":

"Informação n° 001/88.

Cumprindo despacho retro, aposto ao of. n° 9207/87/DA/CEA/SC, (Assembleia Legislativa), encaminhado ao Excelentíssimo Governador do Estado, datado de 09/12/87, despacho este emitido pelo Senhor Diretor Administrativo e Financeiro da FASPAR, tenho a informar:

PRIMEIRO - Nesta data, cerca das quinze horas, compareci à Agência Comendador do BANESTADO e obtive confirmação da gerência, que a conta corrente n° 41200-1 efetivamente existe naquela agência, tendo por titulares os Senhores MANOEL LEAL e ANÉZIO DE BARROS JÚNIOR;

SEGUNDO - As demais indagações foram prejudicadas, sob a alegação do próprio BANESTADO de que faz-se necessária a manutenção de sigilo bancário, somente revelável por requisições do Poder Judiciário, do fisco federal, ou por solicitação expressa e específica do Poder Legislativo, endereçada ao próprio BANESTADO.

É a informação".

Pois aí está. Essa foi a "resposta" do Poder Executivo aos quesitos formulados por este Legislativo e que, em absoluto, dependiam da quebra do sigilo bancário para serem corretamente respondidos. Na verdade, o pedido não continha nenhuma indagação que esta Casa e o povo do Paraná não possam ou não devam saber. Afinal, ao Governo compete, sempre, prestar contas dos seus atos, principalmente quando se trata de questões que envolvam a aplicação de dinheiro. Por isso mesmo, escudar-se num oportunístico sigilo bancário, é escamotear a verdade. É deixar evidente que a coisa não pode ser bem explicada. Ou que não existe explicação plausível para os fatos.

Efetivamente, o que a Assembleia e o povo do Paraná querem e precisam saber é a realidade de uma situação que todos conhecem por ouvir dizer. Por notícias de jornais ou por nebulosas declarações de autoridades do Executivo.

O que se pretendia saber, era quem movimentou ou movimentou a conta bancária na qual eram depositados as parcelas recebidas dos representantes do jogo do bicho. Indagava-se a que títulos eram ou são feitos os depósitos e qual a verdadeira origem desses recursos. Qual a frequência delas, se diários, semanais ou mensais? A que proporção ou porcentagem correspondiam, quem a estabeleceu ou estipulou e como era fiscalizada a exatidão dos valo-

res confessadamente entregues à FASPAR? Perguntava-se, ainda, em que foi ou é aplicado esse dinheiro, pelo Estado, quem aplicava e quais os planos de sua aplicação, assim como o montante dos recursos recebidos, quanto fôra aplicado, quais as entidades ou instituições beneficiadas e com quanto, cada uma. Finalmente, questionava-se também, acerca de como é ou era feita a contabilização desses recursos, que órgãos processava essa contabilização e quem promoveu, em nome do Estado, os entendimentos com os representantes do jogo do bicho no Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Vê-se, claramente, que todas essas indagações poderiam ser perfeitamente respondidas, sem que se ferisse o sigilo bancário. Bastava que o Governo se dispusesse a deixar de lado sua retórica oca e insincera e colocasse em prática um pouco de transparência que tanto apregoa, mas que não passa - está mais uma vez provado e comprovado - não passa de expediente para efeito publicitário. Ou de discurso de quem ainda não desceu do palanque!

Aliás, transparência, coerência e sinceridade têm sido palavras usadas com muita frequência, mas sem correspondência na prática diária das ações de Governo.

Neste caso, em especial, ao procurar saídas tangenciais, o Executivo ainda parece pretender menosprezar e ridicularizar o Poder Legislativo, quando este tão somente busca exercer uma de suas prerrogativas - a de fiscalizar os atos do Governo e sua submissão à Lei.

Diante de tudo isso, Senhor Presidente, tomado de perplexidade, eu chego a me indagar, como pode o Senhor Governador do Estado, um político moço, com largas perspectivas pela frente, que quer se impor à opinião pública, vendendo uma imagem de austeridade, que diz não transigir com a corrupção, que manda prender pequenos servidores, eu me pergunto, como admitir que o Senhor Governador aja, em relação ao Legislativo, com tamanha indiferença e desapego?

Como é possível, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Senhor Governador do Estado, mesmo tendo reconhecido seu erro inicial, ao aceitar o entendimento e o acordo com aqueles que estão à margem da lei, entendimento que, agora, face à reação negativa das pessoas de bem do Estado e do País, teria resolvido romper, anunciando-o de público e de viva voz, deixe de responder a esta Casa, de forma adequada e respeitosa? E que permita que um auxiliar seu, encaminhe a este Poder, como o faz rotineiramente a qualquer repartição subalterna do próprio Executivo, um expediente que não diz nada, que não responde

aos quesitos formulados, numa afronta não à pessoa deste Deputado ou de minha Bancada, nem tampouco à Oposição apenas, mas, sim, a toda a Assembléia Legislativa, pois se tratava de um pedido de informações desta Casa, legalmente amparado no Regimento Interno e na Constituição?

Na verdade, um desrespeito como esse, reiterado, é bom frisar mais uma vez, eu não encontro igual nos Anais deste Poder, nem mesmo nos tempos do chamado regime de opressão, do regime autoritário. Eu não encontro igual, como por certo não encontrarão os Senhores, na história legislativa do Brasil, durante os períodos democráticos. Um abuso, sem dúvida, que afronta nossa consciência democrática e que se choca com os ensinamentos dos mestres do Direito!

Exatamente por isso, Senhor Presidente, eu trago ao conhecimento desta Casa esse lamentável fato. E o faço constrangido, na certeza de que meus companheiros da Oposição e os próprios componentes da Bancada do PMDB não podem e não ficarão indiferentes a esse comportamento abusivo. E eu até confesso que já nem sei se devo ou não, como o fiz há quase um ano atrás, apelar à Mesa, a essa Presidência em particular, uma vez que, nos termos do art. 24 do Regimento Interno é o Presidente o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal de sua ordem. Apelar para que faça cumprir a Lei, exigindo do Executivo a obediência à Lei Maior, à Constituição que nos rege.

De qualquer maneira, a esta altura, quero pelo menos deixar inserido nos Anais deste Poder o meu protesto, o meu inconformismo diante do abuso praticado, para que, no futuro, não venha a ser acusado de omissão ou de ter me curvado diante da prepotência e do arbítrio. Efetivamente, não me calo e não me calarei diante do erro, do esbanjamento, das transgressões à Lei, da incoerência, como a quem vem marcando a atuação do Senhor Governador Álvaro Dias, quando apregoa a transparência administrativa, mas fecha todas as portas à oposição e a fiscalização que seu governo deve submeter-se constitucionalmente!"

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo. Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Há poucos instantes, ocuparam a tribuna no horário destinado à Liderança do PDT, os nobres Deputados Valderi Mendes

Vilela e Rafael Greca.

Eu reconheço no Deputado Rafael Greca um talento extraordinário de orador, a sua verve, sua ironia fina. Entretanto, não posso concordar com algumas colocações que Sua Excelência fez na tribuna. Primeira, "de que procura-se nesta Casa agradar o Príncipe". Eu não aceito esta carapuça como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, que apóia um Governo sério, que apóia um Governador que está enfrentando sérias dificuldades decorrentes da situação econômica nacional, mas que tem procurado com trabalho, com honestidade, pelo menos, conseguir que o Paraná não pare, com que haja o pleno emprego, isto que é importante. Hoje ainda ocupou a tribuna nesta Casa o nobre Deputado Pirajá Ferreira que fez um relato da viagem do Sr. Governador, onde ele trouxe 10 bilhões de cruzados. A única fonte possível de se obter dinheiro neste País, é o Poder Central.

É um trabalho sério que o PTB prazerosamente se engaja.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Erondy Silvério, me inscrevo para um aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Já darei aparte a Vossa Excelência.

Nós não queremos servir a príncipe algum. Não queremos ser alvo de ironia de quem, eventualmente, aparece nesta Casa, para contar as suas aventuras pelo mundo. O Partido Trabalhista Brasileiro exige respeito; respeito que tenho pelo nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, a quem o Deputado Nestor Baptista cometeu uma injustiça, pois é assíduo na Comissão de Justiça. Só não entendo porque o apodamento de Vossa Excelência e de alguns Deputados da chamada Oposição, que para mim não é Oposição, mas sim representantes do povo, em que esta Casa aprecie apodadamente a Mensagem do Sr. Governador, que suspende provisoriamente a Unidade de Referência de Preços ao funcionalismo público.

A questão está sendo exaustivamente debatida a plano nacional, e temos visto novamente a força das armas interpor-se contra a vontade do Presidente ao se extinguir para o funcionalismo público de modo geral, a Unidade de Referência de Preços.

Eu acho que esta Casa tem mesmo é que aguardar o desfecho desta decisão, porque foi um lance infeliz do Sr. Governador Álvaro Dias enviar à Casa esta Mensagem. Eu só votaria a favor de uma mensagem desta natureza, se existissem dois preços. Um para o funcionalismo público e outro para o funcionário da iniciativa privada, nos gêneros de primeira necessidade, nas mensalidades escolares, no transporte coletivo. Tal discriminação esta Casa não vai

aceitar, mas também reconhece que o Sr. Governador não tem donde tirar os recursos.

Hoje ouvi aqui uma pergunta de um Sr. Deputado, que estranho, porque prova que esse Deputado nunca abriu o Orçamento. Onde é que vai o ICM? Abra o Orçamento do Estado que ele vai ver onde vai o ICM.

São perguntas como esta que o Deputado Nestor Baptista estranhou e que não são próprias de parlamentares.

Como dou razão ao nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, que reclama contra o anunciado lucro da COPEL. Empresa pública não foi feita para dar lucro. São empresas monopolistas que impõem a tarifa. O Governador Álvaro Dias deve, eu já pedi isso aqui, proceder uma auditoria, tanto na SANEPAR quanto na COPEL, para ver se a planilha de custos apresentada no Departamento de Águas e Energia, não sei qual é o órgão que cuida disso no plano federal e que cuida também das tarifas de água e esgoto naquela esfera, a fim de verificar se correspondem, efetivamente, com a realidade.

Não podemos aceitar que uma empresa pública aumente os preços de tarifas essenciais da vida da população acima do índice inflacionário, 18% a inflação, 21% a tarifa de telefone, a tarifa de água, a tarifa de energia.

Telefone não é com o Governo do Estado, mas água e energia o Sr. Governador tem que proceder uma auditoria nessas duas companhias, para reduzir as suas despesas administrativas e que ele justifique efetivamente essa confiança desvanecedora que deposita no Governo do Estado, na população do Paraná.

O Governador Álvaro Dias está devendo isso ao povo do Paraná. É necessário que a COPEL e a SANEPAR justifiquem amplamente e com convencimento, as razões que levam essas duas empresas públicas a elevar suas tarifas acima do índice inflacionário. E isto, eu ainda cobrarei do Sr. Governador, numa primeira audiência que me conceder.

Mas, aí a dizer que servi ao príncipe? Só na cabeça do Deputado Rafael Greca. Nós somos homens sérios, não estamos aqui para bajular Governo, mas não podemos negar a um governador que tem se destacado pela sua competência, pela seriedade com que trata da coisa pública.

Não podemos negar apoio, sem por isto baixarmos ao servilismo, próprio daqueles que serviram a homens públicos que não tenham a vida limpa, como a de Álvaro Dias. Essa é a grande realidade.

Outra colocação, eu quero parabenizar a Comissão Executiva, porque não concordo com outra colocação, do nobre Deputado Rafael Greca, quando ele diz que escorrou-se daqui um caminhão da CUT; bem fez a

Comissão Executiva. Não que se negue direito a nenhuma entidade de reclamar contra salários baixos, contra medidas governamentais que afetem a sua categoria profissional.

Mas, não lhes damos o direito de baderneiros virem defronte ao Poder Legislativo chamar de traidores os Deputados Federais que não quiseram votar medidas absurdas, esdrúxulas, apresentadas pelos esquerдинhas, no Congresso Nacional.

Democracia é a convivência com os contrários; com aqueles que pensam de forma diferente da nossa. Por que é traidor um homem que vota contra a licença a um homem grávido? Por que é traidor? Por que é traidor um Deputado que vota contra benesses, que se consegue no papel, mas, que custarão caro à Nação, e pode trazer até o desemprego à mulher brasileira? Por que são traidores?

Fez bem a Comissão Executiva, muito bem. Eu estou admirado com estes pruridos oposicionistas do nobre Deputado Rafael Greca. Ele serviu a um Governo que fazia pior com o trabalhador e ele batia palmas. Como é que agora ele vem reclamar que a Comissão Executiva escorraçou baderneiros?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado. Trinta segundos para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Só queria dar apartes aos nobres Deputados Nestor Baptista e Antônio Costenaro Neto.

Eu tinha mais coisas para falar, mas não dá.

O Sr. Nestor Baptista - Eu agradeço. Vossa Excelência pode terminar o pronunciamento. Obrigado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado, para ser bem breve, eu só gostaria de acrescentar, quando Vossa Excelência fez menção ao Governador, que é necessário o Governo fazer uma auditoria nessas empresas estatais.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - COPEL e SANEPAR, principalmente, e isto por quê? Porque com uma inflação de 365% ao ano, a COPEL elevou as suas tarifas em 500 e tantos por cento.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Exato. Eu só gostaria de deixar registrado nesta Casa, nesta oportunidade, que os plantadores de arroz, do meu Município, Jandaia do Sul, incentivados pelo próprio Governo e pela Prefeitura Municipal em fazer irrigação, criaram a coragem e investiram, fazendo patamares, preparando terra e tal. E

havia uma portaria, que beneficiava estas irrigações, cobrando 50% da tarifa energética.

Mas, não é culpa efetivamente da COPEL, mas ela participa da culpa. Esta portaria venceu agora em 31 de dezembro, e foram retirados todos os privilégios, quando está se falando em estimular a irrigação rural. E a COPEL cobra, faz a leitura por interesse dela, por economia, trimestralmente. E ocorreu que, aqueles agricultores, daquele município, os plantadores de arroz tinham a leitura de grande consumo, no período de outubro, novembro e dezembro, porém, a COPEL, neste período, não procedeu a leitura. Cobrou por estimativa e quando foi fazer a leitura em janeiro, deu a grande leitura e com o preço total reajustado. Agricultores que pagavam mil cruzados de energia na sua irrigação chegaram a pagar vinte e um mil cruzados. Então, o lucro que era para ele ter na agricultura, na sua plantação de arroz estimulada pelo Governo, e que nós achamos justa, foi água abaixo. Veio o desespero, o desânimo e o descrédito em nós políticos e eles cobram isto.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Por nada. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ouvi com atenção os pronunciamentos dos eminentes Deputados a propósito da remuneração dos servidores públicos do Estado do Paraná, inseridos num contexto nacional bastante estremecido devido a certas incompetências que foram sendo somadas por políticas desastrosas, a partir da agricultura, passando pela indústria e comércio e desaguando, enfim, no trabalhador. Concordamos com ponderações que foram feitas de que a situação financeira é bastante difícil para cobertura das despesas por parte dos Governos dos diversos Estados da Federação e não seria exceção o Estado do Paraná. Entretanto, devemos nos lembrar que está sendo cobrada da classe empresarial brasileira o cumprimento das normas relativas aos trabalhadores. Normas que são consideradas essenciais para própria sobrevivência daqueles que estão desenvolvendo as suas atividades neste território, outrora tão enaltecido em verso e prosa e hoje, lamentavelmente, sendo visto por muitos jovens como sem condições de oferecer um futuro melhor e, por isto estão recorrendo a outros caminhos, a ou

tros países, para que possam ali construir as suas famílias e desenvolver as suas atividades.

O Partido Liberal não é dado a radicalismo, é dado a dar o apoio a todas as iniciativas que visem o bem estar do povo brasileiro, mas não pode concordar, neste momento, com a afirmativa, pura e simples, de que é impossível pagar ao trabalhador o valor reajustado pelo seu trabalho, prestado ao público, devido ao fato dos cofres públicos não terem recursos suficientes para esta cobertura. Assim como a empresa tem que encontrar soluções, o Governo tem que procurar também fórmulas que viabilizem a manutenção do poder aquisitivo de compra daquele que presta serviços à coletividade! Para tanto, poderá racionalizar as despesas e é isto que a empresa faz! De que maneira racionalizar estas despesas? Para isto existem Secretários, Secretário de Planejamento. Evite-se o desenvolvimento de certa atividade considerada não prioritária, não essencial!

Reduzam-se contas, mas não se negue ao trabalhador, o direito de adquirir o essencial para sua sobrevivência.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ezequias Losso, acerca do que penso sobre a URP, já em aparte oferecido ao ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela, que inicialmente discorreu sobre o assunto, num pronunciamento equilibrado, ponderado e com competência, eu disse que até estranhava que esta Casa tenha recebido uma mensagem do Senhor Governador, alterando a URP ou as normas que orientam o pagamento dos vencimentos dos funcionários do Estado, porque há uma Lei, há um Decreto Lei n° 2335 e posteriormente n° 2.336, que disciplina a matéria. A URP só pode ser alterada por quem a criou, pelo Governo Federal, imagine Vossa Excelência, além disso e do fato legal constitucional, se o Paraná resolver congelar por dois meses e São Paulo por um mês, alguns Estados do Nordeste por seis meses, outros não tomam conhecimento, isso vira uma balbúrdia, portanto, é de meu entendimento e na questão até de bom senso, além da legal, que é uma decisão da área federal.

Além disso, somente quero acrescentar, dentro do que Vossa Excelência argumenta, de que a URP foi criada, foi instituída, para que? Para compensar ao trabalhador o desgaste ocasionado pela inflação de seus recursos. Lógico, não pode a inflação corroer a cada dia, a cada mês, a remuneração, o vencimento do trabalhador público ou não sem ter alguma coisa que o proteja. Essa proteção chama-se URP, procurando equilibrar a desvalorização do dinheiro com o valor que deve receber a cada mês o

trabalhador. E agora criada a URP, criado um remédio presumido pelo Governo Federal, para esse mal incontrollável da inflação, vem seus criadores e se assustam, dizendo que os valores corrigidos, determinados pelo Decreto da URP, tornarão insustentável a inflação brasileira e diz Vossa Excelência, como pode manter esse índice inflacionário, se congelarmos os valores recebidos pelo trabalhador, aí a grande interrogação e o aparte que eu ofereço a Vossa Excelência para manifestar a solidariedade da nossa Bancada e a nossa preocupação neste momento de angústia, que atravessa a Nação brasileira e oxalá a área federal, competente para isso encontre no bom senso dos responsáveis uma solução para melhor.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Basílio Zanusso, que vem também manifestar a sua preocupação diante desse problema, problema que se não for solucionado brevemente, poderemos correr sérios riscos de convulsão social, o que é indesejável para que esta Nação não venha ter uma modificação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado e lhe concede trinta segundos para concluir.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - uma modificação no seu ritmo, pois somos uma Nação jovem e não podemos nos descuidar, sob pena de nos tornarmos uma Nação inviabilizada.

Portanto, Senhores Deputados, faço um apelo ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de que participe ativamente na discussão dos problemas relacionados com o trabalhador a nível nacional, para que haja uma necessária estabilidade que venha trazer a paz à família paranaense e à família brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Iniciarei este pronunciamento respondendo uma pergunta do Deputado Erondy Silvério, quando usando o Horário da Liderança do PTB, estranhava o Deputado e perguntava ele por que do aco-damento desta Casa em querer imediatamente votar, perguntar e questionar sobre a votação da Mensagem da desvinculação da URP do trabalho do servidor.

Deputado Erondy Silvério, com o respeito que o Senhor nos merece, a resposta é simples: existe, Senhor Deputado, aqueles que querem a solução e aqueles que querem o discurso fácil. Existem aqueles que estão trabalhando em busca de uma solução e existem aqueles que não estão preocupados com quanto vai vir na folha de pagamento do salário do trabalhador público do Paraná, desde que isto sirva como bandeira para se fazer política contra o Governo do Estado do Paraná.

Em instante algum poderei aceitar acusações contra a Bancada do PMDB no que diz respeito à Mensagem que está na Casa sobre a URP. Senão vejamos, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, há questão de uns vinte dias atrás ocupei esta tribuna para conclamar os companheiros da Assembleia Legislativa para, independente de partidos políticos buscarmos a solução que viabilizasse os cofres públicos ao pagamento e ao servidor para não ser também arrojado no seu salário. Nós cumprimos a nossa parte. Conversamos com a Federação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná por duas ou três vezes em nosso Gabinete. Como esta Casa tem uma associação sua, invoco aqui o testemunho do Presidente da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa, quando exaurimos todas as possibilidades de encontrarmos uma solução capaz de resolver esse impasse, mas existem aqueles que não querem buscá-la mas querem aproveitar-se apenas como bandeira política para tentar fazer acusação ao Governo do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, em momento algum, quando o Governo do Estado do Paraná foi o último Governador a pagar os gatilhos, os resíduos salariais, ainda do tempo do Plano Cruzado, não vi ninguém reconhecer o valor do nosso Governador que com o caixa quebrado como todos os Estados estão, como as Prefeituras estão, manteve até o último instante os seus pagamentos. Não vi ninguém subir à tribuna para mostrar que, num esforço descomunal o Governo do Estado do Paraná foi um dos últimos Governos a pagar a URP mês a mês aos servidores e aqui nesta Casa nós temos exemplos claros da falência do poder público, dos Estados e dos Municípios e não a título de desafio, apenas para raciocínio; quem muito nos acusa e fala em nome do trabalhador, o representante do PT, Deputado Pedro Tonelli, a Prefeita de Fortaleza, Maria Luiza, atrasou largamente o salário dos servidores do seu Município e eu não teria aqui a indelicadeza, e não teria aqui a falta de ética para acusar uma coisa que eu não sei, porque tenho certeza que se atrasou é porque a Prefeitura Municipal não tinha recursos para pagar e nós temos que conciliar administra-

ção pública em atos que possam merecer por parte de cada um a consciência de que não se pode acenar mais do que a possibilidade que se tem.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, levamos diversas propostas ao Governo. Querem votar, pois eu até com riscos enquanto permaneci na Liderança do PMDB, a retenção desta matéria para que nos desse tempo de tentarmos negociar com a federação, com as associações, com o Governo. Tenho um Substitutivo Geral pronto, porque assim como não aceito as acusações ao Governo, também acho que não podemos arrochar o salário do trabalhador. Sinto-me à vontade para este pronunciamento porque em todos os instantes acho que a solução da crise nacional não vai passar pela diminuição do salário, até porque a sua diminuição retira o poder aquisitivo e, retirando o poder aquisitivo, retira o poder de compra, o poder do comércio, o poder da indústria e caímos numa bola de neve que não vai ter solução.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, não são servidores públicos que por aqui passam com um caminhão de som e a única pessoa afrontando este Poder que vai se exercitar o direito da discussão do problema do servidor. Não é chamando esta Casa de bando de vagabundos que uma pessoa encontrará solução, justamente no horário de serviço, que por certo não estava trabalhando. Devolvo-lhe, portanto, a acusação porque os Parlamentares desta Casa estavam dentro dos seus gabinetes, cumprindo com o mandato que têm. Quem estava na rua no horário de expediente era exatamente quem afrontava este Poder com palavras desairosas e falta de respeito aos Poderes Constituídos da União. Não vai ser uma caravana de um só, alugando um caminhão de som que vai resolver o problema do trabalhador. Eu acredito muito Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, em assembleia de trabalhadores, em posições tomadas pela maioria. Acredito também na convocação de Vossa Excelência Deputado Pedro Tonelli, na manifestação conjunta de categorias, porque se presume que elas tenham estudado, tenham debatido, tenham chegado a um acordo por maioria. Mas, não posso aceitar como exercício de liberdade e de democracia em alugar um caminhão e uma única pessoa passa a ofender antecipadamente os poderes constituídos.

Servidor público do Paraná. A acusação infundada contra o Governo e as instituições em nada vai resolver o problema das negociações em curso. É com cautela, calma, cálculos e com levantamento de dado que nós poderemos chegar numa audiência, mostrar uma saída que possa beneficiar todos nós. Não é com acusação vazia, antecipando-se ao fato, não é misturando Pont-

Rio-Niterói, não é misturando FMI, não é misturando Transamazônica, falando em obras monumentais e jogando isso como se a culpa fosse do Governador Álvaro Dias que nós vamos solucionar o problema de 1 bilhão de cruzados a mais pagos na folha de pagamento ou defasados na folha de pagamento do mês de março com a arrecadação do ICM do mês de março. O servidor público consciente, tem conhecimento disso de que precisa negociar dentro de ângulos que sejam capazes de solucionar o problema das duas partes. E eu volto a insistir, portanto, companheiros Parlamentares: vamos deixar a expressão exarcebada, ofensiva, indelicada contra a Bancada do PMDB que está aqui lutando dia-a-dia, procurando encontrar caminhos para votação desta matéria. Vamos esperar que se possa fazer alguma coisa, mas através do debate sadio, da proposta concreta e não através da acusação vazia, inconsistente, destemperada, antecipada, que em nada vai ajudar a solução do fato.

Nós continuaremos servidores públicos do Paraná, a Bancada do PMDB continuará procurando uma solução, e os Senhores saibam medir o futuro quem apenas usou a tribuna, quem apenas panfletou as ruas e quem na verdade esteve trabalhando em busca da solução para o fato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo já se encontra esgotado.

Concedo 30 segundos para concluir.

O Sr. Pedro Tonelli- Vossa Excelência me concede um aparte? Assentimento.

Eu agradeço e serei breve. Simplesmente eu queria as provas de Vossa Excelência quanto a Prefeitura de Fortaleza, quando Sua Excelência compara Álvaro Dias com a Prefeitura de Fortaleza.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não, não comparo. Eu não cometeria contra o Governo do Paraná uma tremenda injustiça como esta.

O Sr. Pedro Tonelli- Eu gostaria que fosse provado que a Prefeitura de Fortaleza resolveu esse problema do servidor debitando-lhe na sua conta como está pretendendo o Governador do Estado. Essas provas, eu gostaria de vê-las.

O Sr. Nestor Baptista- Um aparte Deputado Caíto?

Assentimento.

Eu estive em Fortaleza quando estavam com cinco meses de atraso os servidores da Prefeitura e a Prefeita não podia nem sair de casa. Não pagou nenhum gatilho e nem URP.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir Deputado Pedro Tonelli, em instante algum eu procedi acusação contra a Prefeita Maria Luiza, porque eu sei que se ela não pagou é porque não pôde pagar. Como as Prefeituras do Paraná e do Brasil, como o Governo do Estado, enquanto não existir uma transformação no sistema tributário desta Nação não agüentarão pagar e o Estado do Paraná não é uma ilha no meio desse maremoto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando dispensa para realização de pesquisas junto à Universidade de São Paulo, nos dias 11 e 12 de abril do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Gostaria de requerer Regime de Urgência para tramitação deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere seu pedido.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto e Lei n° 55/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 82/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m², na avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n° 3769, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba (Public. em 1.ª

Discussão no DA. n° 10/88, de 15.03.88).
Em votação. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 29 Senhores Deputados. Há quorum para deliberação. Esta Presidência vai proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e nove Senhores Deputados aprovam o projeto. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 127/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que veda a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 340/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CANDÓI", com sede e foro na localidade de Corvo Branco, Distrito de Candói, Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 21/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 38/88), que autoriza o Poder Executivo a alienar a SILVESTRE DRESCH, na forma do Art. 21, inciso VIII "C" da Constituição Estadual, a área de terras descobertas com 126,32 hectares, constituídas pelos lotes n° 146, 148, 149, 151, 44-A e 45-A e a chácara n° 259-A integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí, Comarca de Nova Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 09, de 14.03.88, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 021/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Poder Executivo (Mensagem n° 038/88), tem por finalidade autorizar o

Poder Executivo a alienar a Silvestre Dresch, na forma do art. 21, inc. VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, a área de terras descobertas com 126,32 hectares, constituídas pelos lotes n° 146, 148, 149, 151, 44-A e 45-A e a chácara n° 259-A, integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí da Comarca de Nova Londrina.

A sobredita alienação é da competência desta Assembléia Legislativa com a sanção do Senhor Governador, conforme o estabelecido no art. 21, inc. VIII, letra "c", da Constituição Estadual. Pois, conforme se extrai do Decreto Estadual n° 6.414, de 08/03/79, que proíbe o ITCF de proceder alienação de terras devolutas superior a 200 hectares e do supra citado artigo da magna Carta Estadual que remete ao Poder Legislativo (com a devida sanção governamental) alienação de terras devolutas superior a 500 hectares, a mesma segue os parâmetros legais das atuais normas vigentes.

O pedido de autorização legislativa incluso na citada Mensagem Governamental encontra-se devidamente justificada, dispensando qualquer comentário a respeito.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando este relator pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI N° 021/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 038/88), tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alienar a Silvestre Dresch, na forma do art. 21, inc. VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, a área de terras descobertas com 125,32 hectares, constituídas pelos lotes n° 146, 148, 149, 151, 44-A e 45-A e a chácara n° 259-A, integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí da Comarca de Nova Londrina.

Em relação a parte legal e constitucional do mesmo, foi ele devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer FAVORÁVEL.

No que compete a esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dentro dos parâmetros do art. 54 do Regimento Interno, que reza da competência desta Comissão, vê-se na justificativa do citado projeto de lei que o pedido de autorização

legislativa encontra-se em conformidade com os parâmetros legais das atuais normas vigentes.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação deste Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI
Presidente

VALDERI MENDES VILELA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 22/88, (Mensagem nº 22/88 - Ex-Proposição nº 31/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos Aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e os Municípios que especifica, objetivando dar continuidade à construção de prédios a serem destinados às respectivas agências de rendas locais. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Pavelski Sobrinho, ocorrido no dia três de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João de Oliveira Capote, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João de Oliveira Capote, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano, no Município de Cândido de Abreu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aída Fazzini de Chenu, ocorrido no dia 28 de março do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Pavelski Sobrinho, ocorrido no Município de Paulo Frontin. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 169º aniversário do Municí-

pio de Palmeira, comemorado no dia 07 de abril em curso. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 43/88. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 058/88, oriundo da Mensagem Governamental n. 037/88. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 227/87, que visa o uso da datilografia ou letra de forma escrita dos nomes de medicamentos, das receitas médicas e odontológicas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo informações sobre o Projeto P.I.C.. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Interior, encarecendo informações sobre quantas ligações de água e esgoto existem nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo Dia do Jornalista, comemorado no dia 07 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Grupo de Danças da Universidade Federal do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Estado da Agricultura e Ministro da Agricultura, prestando apoio à solicitação da Câmara Municipal do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a nova diretoria da APRAS, - Associação Paranaense de Supermercados empossada no dia 05 de abril do corrente ano, nesta ca-

gital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Colorado Esporte Clube, pela conquista do Campeonato Paranaense de Dente de Leite. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Cotriguaçu - Cooperativa Central Regional Iguaçu, pela implantação de uma unidade industrializadora de calcário, no Município de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Caixa Econômica Federal pela inauguração da Agência Habitação, no dia 08 de abril próximo vindouro, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do BANESEADO, encarecendo maior flexibilidade na renegociação de dívidas contraídas por agricultores paranaenses. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Justiça, encarecendo a solicitação de Psicólogos, Assistentes Sociais e Agentes de Segurança para atendimento na Penitenciária Central do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo o envio de gêneros alimentícios para o Asilo São Vicente de Paulo, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo o envio mensal de quinhentos litros de combustível ao pelotão da Polícia Militar do Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado do Trabalho e Educação, encarecendo a viabilidade do envio de auxílio financeiro à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual São Francisco Xavier de 1º grau, no Município de Itamba-

racá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo estudos que viabilizem a construção de Armazém Frigorífico (Câmaras Frias), no Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a destinação de ônibus ou kombi, para o transporte de escolares na linha Heidrich, no Município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado, Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para explicar, nessa Casa, a origem e os objetivos da minuta do Decreto que institui o Conselho Diretor nas Universidades Estaduais do Paraná. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para a Mensagem Governamental n. 52/88 - Projeto de Lei n. 74/88, que dispõe ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias de Estado da Administração, e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações de qual a arrecadação mensal, obtida através da doação feita pela Associação Profissional dos Lotéricos do Paraná, ou por donos de bancas de "jogo do bicho" ao Governo do Estado. Em votação. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados aprovam. Dezenove rejeitam. Está rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Questão de ordem. S

para esclarecimento do plenário este meu pedido de informação é com relação ao jogo do bicho. É isto?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sim Senhor.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Requerimento do Deputado Algaci Túlio. Com discussão encerrada. Requer encaminhamento de pedido de informações dirigido à SANE-PAR. Em votação. Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Apenas para comunicar que, com a aprovação da Bancada do PMDB, foi aprovado este requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência agradece. Do Deputado Algaci Túlio, requer encaminhamento de pedido de informação ao Secretário de Estado da Educação. Com sua discussão encerrada. Votação. Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, com a palavra Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo.

O SR. NESTOR BAPTISTA - A Bancada do PMDB, maioria na sessão plenária aprova o requerimento, ora lido pela Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria que as manifestações do Deputado Nestor Baptista também se fizessem ouvir ao primeiro requerimento meu, que foi rejeitado pela maioria da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio): Do Deputado Pedro Tonelli, que requer a convocação do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Discussão. Votação. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Nove aprovam e dezenove rejeitam. Está Rejeitado).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da "Carta de Paranaguá", contendo o posicionamento das universidades e faculdades paranaenses. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito a verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se:

Nove Senhores Deputados aprovam. Dezoito dos Senhores Deputados rejeitam.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Não estou precisando usar óculos, ainda. Mas, pela minha contagem, apenas treze Deputados estão na Bancada do PMDB. Mais dois na Mesa que não se manifestaram, permaneceram sentados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência fará a contagem novamente, Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Nove dos Senhores Deputados aprovam e quinze dos Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para a deliberação. Somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de mensagem à Central Única dos Trabalhadores do Estado, Sindicato dos Petroleiros, Telefônicos, Trabalhadores em Processamento de Dados, dos Petroquímicos, dos Urbanitários, dos Trabalhadores do Correio, do IBGE e dos Bancários, Federação dos Bancários, dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores na Agricultura, manifestando apoio aos organizadores do "Dia Nacional de Lutas". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Governador do Estado, encarecendo medidas para que não ocorra a suspensão ou protelamento do pagamento da URP. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a designação do dia 04 de maio do corrente ano, para entrega de

título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Rodrigues Lopes Júnior. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Marça ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia também já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.